

EDITAL CONCORRÊNCIA Nº 90004/2026
Abertura das propostas: 04/05/2026 às 09h Data e a hora da disputa: 04/05/2026 às 09hs no sítio www.comprasnet.gov.br , UASG 983965
Objeto
Contratação de empresa especializada no ramo da construção civil, em regime de empreitada por preço global, visando à execução de obras de drenagem urbana destinadas à ampliação da capacidade de escoamento de águas pluviais na região do Bairro Jurema, compreendendo intervenções no canal da Avenida Caracas e na Avenida Juracy Magalhães, no Município de Vitória da Conquista/BA, com recursos provenientes do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, vinculados às Propostas nº 969297 (Etapa 1) e nº 969298 (Etapa 2), contratação que se dará de acordo com as exigências e demais condições e especificações expressas no termo de referência e anexos.
Valor Total Estimado: R\$ 9.180.579,05 (nove milhões, cento e oitenta mil, quinhentos e setenta e nove reais e cinco centavos)

Registro de Preços?	Vistoria?	Tipo	Forma de Adjudicação
Não	Sim	Menor Preço Global	Lote
Lic. Exclusiva ME/EPP?	Exige Amostra/Demo?	Modo de Disputa	
Não	Não	Aberto e Fechado	
Pedido de Esclarecimentos		Impugnações	
Até o dia 28/04/2026 para o endereço gercompras.semgi@pmvc.ba.gov.br		Até o dia 28/04/2026 para o endereço gercompras.semgi@pmvc.ba.gov.br	

Observações Gerais
<ul style="list-style-type: none">- A disputa será realizada levando em consideração o valor total do Grupo de Itens / lote.- Lote único com Ampla Participação;- O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser observado conforme valor informado no item / lote lançado na plataforma www.comprasnet.gov.br, UASG 983965- Regime de contratação será empreitada por preço global.- Será exigido a Garantia de Proposta, Garantia de execução e Garantia do Contratual. <p><u>EM CASO DE DIVERGÊNCIA NA DESCRIÇÃO DO OBJETO, SEGUIR O TERMO DE REFERÊNCIA.</u></p>

Acompanhe as sessões públicas das Licitações da PMVC pelo endereço www.comprasnet.gov.br, UASG 983965. O edital e outros anexos estão disponíveis para download no www.comprasnet.gov.br, UASG 983965 e também no endereço www.pmvc.ba.gov.br, opção Processo Licitatório.



MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 90004/2026
(Processo Administrativo nº 65734/2026)

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o Município de Vitória da Conquista, por meio da Central Estratégica de Compras Públicas - CECP, sediada na rua João Pessoa, nº 253 - Centro, Bairro Centro, realizará licitação, na modalidade **CONCORRÊNCIA PÚBLICA**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **menor preço global por lote**, nos termos da Lei nº 14.133/2021, das demais normas correlatas e das exigências estabelecidas neste Edital.

DA SESSÃO PÚBLICA DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA

Abertura das propostas: 04/05/2026 às 09hs

Início da sessão de disputa de preços: 04/05/2026 às 09hs.

Local: www.comprasnet.gov.br, UASG 983965

Comissão Permanente de Licitação: Gicele Pereira de Sousa, Luciana Rosa França e Lúcio Oliveira Maia, nomeados através do Decreto 24.138/2026.

1. DO OBJETO.

1.1. Contratação de empresa especializada no ramo da construção civil, em regime de empreitada por preço global, visando à execução de obras de drenagem urbana destinadas à ampliação da capacidade de escoamento de águas pluviais na região do Bairro Jurema, compreendendo intervenções no canal da Avenida Caracas e na Avenida Juracy Magalhães, no Município de Vitória da Conquista/BA, contratação que se dará de acordo com as exigências e demais condições e especificações expressas no termo de referência e anexos. Contratação se dará conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos sob o regime de execução empreitada por preço global, conforme art. 46, II, da Lei nº 14.133/2021

1.1.1. A fiscalização e o monitoramento da prestação de serviço ocorrerá segundo as condições e especificações previstas no Termo de Referência.

1.2. A licitação será realizada em **lote único**, conforme tabela constante no Projeto Básico / Termo de Referência.

1.3. O critério de julgamento adotado será o de menor preço global, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DO CREDENCIAMENTO.

2.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no www.comprasnet.gov.br, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Concorrência, em sua forma eletrônica.

2.2. O cadastro no “www.comprasnet.gov.br” poderá ser iniciado conforme disposto pela própria plataforma.

2.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a esta Concorrência.

2.4. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA CONCORRÊNCIA.

3.1. Poderão participar desta concorrência interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.5.1. O tratamento diferenciado não será aplicado aos itens em relação à licitações que envolvam:

I - item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte; e

II - no caso de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.6. Não poderão participar desta licitação os interessados:

3.6.1. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.2. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.3. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.6.4. que se enquadrem nas vedações previstas no §1º do artigo 9º da Lei 14.133/2021;

3.6.5. que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

3.6.6. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

- 3.6.7.** o Prefeito e o Vice-Prefeito, nos termos do art. 89, inciso I, da Lei Orgânica Municipal nº 528/90;
- 3.6.8.** os Vereadores, nos termos do art. 89, inciso II, da Lei Orgânica Municipal nº 528/90;
- 3.6.9.** os ocupantes de cargos em comissão ou função de confiança, nos termos do art. 89, inciso III, da Lei Orgânica Municipal nº 528/90;
- 3.6.10.** as pessoas ligadas a qualquer desses supracitados (3.6.7, 3.6.8 e 3.6.9) por matrimônio ou parentesco por afinidade ou consanguinidade, até o segundo grau, ou por adoção;
- 3.6.11.** os servidores e empregados públicos municipais, nos termos do art. 89, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal nº 528/90.
- 3.7.** Como condição para participação na Concorrência, a licitante deverá confirmar em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
- 3.7.1.** que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49 (*Declaração de segmentação de faturamento*);
- 3.7.1.1.** nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;
- 3.7.1.2.** nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 3.7.2.** que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
- 3.7.3.** que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
- 3.7.4.** que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 3.8.** As declarações constantes nos Anexos IV, V e VI do Edital deverão ser apresentadas em formato pdf, assinada e em papel timbrado da empresa, juntamente com a proposta de preços.
- 3.9.** A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.
- 3.10.** É vedada a representação de mais de uma empresa pelo mesmo representante, sob pena de exclusão de todas as representadas.
- 3.11.** É admitida a participação de empresas em recuperação judicial que possuam o respectivo plano de recuperação deferido e homologado judicialmente (cfr. art. 58 da lei 11.101/2005);
- 3.12.** A participação neste certame importa ao proponente a irrestrita e irretratável aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos, e ainda, na aceitação de que deverá fornecer o objeto desta licitação, conforme as condições fixadas contratualmente.

3.13. É permitida a participação de empresa em consórcio, a qual deverá apresentar junto com documentos de habilitação um compromisso de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, nos termos previstos no art. 15 da Lei nº 14.133/2021.

3.14. Para o consórcio ocorrerá o acréscimo de 15% (quinze por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, conforme art. 15, § 1º da Lei nº 14.133/2021.

3.15. O percentual de acréscimo da exigência de capital social ou de patrimônio líquido não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de MPEs.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

4.1. Os licitantes encaminharão, **exclusivamente** por meio do sistema, **a proposta com o preço ofertado, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública**, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

4.1.1. Nas **licitações por item**, as propostas iniciais já registradas no sistema **NÃO** necessitam ser acompanhadas de documento próprio anexado no campo “Lista de Anexos da Proposta”, em arquivo digital no formato pdf, **desde que o campo Descrição/Observações seja preenchido**, observando as disposições previstas no item 5.1 deste Edital.

4.1.2. Nas **licitações divididas em Grupo ou Lotes, assim caracterizadas quando há a aglutinação de itens**, os licitantes ficam **OBRIGADOS** a anexar Proposta de Preços em formato pdf, assinada e em papel timbrado da empresa, no campo “Lista de Anexos da Proposta”, conforme modelo do Anexo VII.



Atenção Licitantes!

As Propostas de Preços reajustada, os documentos de Habilitação e os anexos exigidos em Edital, deverão ser anexados após encerramento da disputa, quando solicitado no www.comprasnet.gov.br, UASG 983965

4.2. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances de julgamento.

4.3. A proposta deverá ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha estar assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal, conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

4.4. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.5. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

4.6. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da Concorrência, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de proposta e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública;

4.8. Não será estabelecida, nesta etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico/Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a **120 (cento e vinte) dias**, a contar da data de sua apresentação, conforme artigo 18 do Decreto Municipal nº 22.211, DE 25 DE OUTUBRO DE 2022.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. A Comissão Permanente de Licitação verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

6.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

6.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a Comissão Permanente de Licitação e os licitantes.

6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do Grupo de Itens / lote. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser observado conforme valor informado em cada lote lançado na plataforma www.comprasnet.gov.br.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, conforme o modelo de disputa indicado no edital.

6.8. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

6.9. Será adotado para o envio de lances na Concorrência Pública o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.11. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.11.1. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.12.1. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.13. Poderá a Comissão Permanente de Licitação, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

6.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

- 6.15.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.16.** No caso de desconexão com a Comissão Permanente de Licitação, no decorrer da etapa competitiva, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.17.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para a Comissão Permanente de Licitação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pela Comissão Permanente de Licitação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.18.** O Critério de julgamento adotado será o menor preço global por Grupo de Itens / lote, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 6.19.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.20.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 6.21.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.22.** A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.23.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.24.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.25.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada de modo de disputa aberto e fechado.
- 6.26.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei 14.133/2021, nesta ordem:
- 6.26.1.** disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo a classificação;
- 6.26.2.** avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta lei;

6.26.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.26.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.27. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada dentre as propostas empatadas.

6.28. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, a Comissão Permanente de Licitação deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

6.28.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.28.2. A Comissão Permanente de Licitação solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de até 01 (um) dia úteis, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada dos documentos de habilitação exigida no item 8 do edital.

6.28.3. É facultado a Comissão Permanente de Licitação prorrogar o prazo estabelecido no subitem anterior, de forma motivada, antes de findo o prazo.

6.29. Após a negociação do preço, a Comissão Permanente de Licitação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

7.1. Encerrada a etapa de negociação, a Comissão Permanente de Licitação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 14 da Lei nº 14.133/2021.

7.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que:

7.2.1. as especificações do objeto ofertado estiverem em manifesta desconformidade com as exigências estabelecidas no edital;

7.2.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Projeto Básico/Termo de Referência;

7.2.3. apresentar preço manifestamente inexequível, observando-se a regra estabelecida no art. 59, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.

7.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que ofertem probabilidade de certeza à suspeita;

7.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

7.5. A Comissão Permanente de Licitação poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de até 01 (um) dia útil, sob pena de não aceitação da proposta.

7.5.1. É facultado a Comissão Permanente de Licitação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no *chat* pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.5.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pela Comissão Permanente de Licitação, destacam-se os que **contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas**, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

7.6. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, a Comissão Permanente de Licitação examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.7. Havendo necessidade, a Comissão Permanente de Licitação suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

7.8. a Comissão Permanente de Licitação poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

7.8.1. Também nas hipóteses em que a Comissão Permanente de Licitação não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

7.8.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.9. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, será verificado pelo sistema, em caso de eventual ocorrência do empate ficto, conforme o previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

7.10. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, a Comissão Permanente de Licitação verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

8. DA HABILITAÇÃO.

8.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, a Comissão Permanente de Licitação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.2. Os documentos previstos no Termo de Referência, são necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021

8.2.1. SICAF;

8.2.2. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>)

8.2.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.2.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.2.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

8.2.4. Constatada a existência de sanção, a Comissão Permanente de Licitação reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.2.5. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

8.3. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme disposto no Decreto Municipal nº 22.437, de 06 de fevereiro de 2023.

8.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 01 (um) dia útil, sob pena de inabilitação.

8.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitaes quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

8.6. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.7. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.7.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.8. Ressalvado o disposto no item 5.4, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

8.8.1. Na hipótese de omissão do prazo de validade das certidões de regularidade fiscal ou da certidão negativa de concordata e falência, serão acatadas aquelas com prazo máximo de 30 (trinta) dias da sua expedição.

8.9. Habilitação jurídica:

8.9.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.9.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

8.9.3. No caso de sociedade empresária ou Sociedades Limitadas Unipessoais - SLU: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

8.9.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

8.9.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

8.9.6. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

8.9.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

8.10. Regularidade fiscal e trabalhista:

8.10.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso
(http://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/Cnpjreva_Solicitacao.asp?cnpj=);

8.10.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social (art. 195, §3º da Constituição Federal), nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional (<http://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidao/CNDConjuntaInter/InformaNICertidao.asp?tipo=1>);

8.10.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) (<https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf>);

8.10.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (<http://www.tst.jus.br/certidao>);

8.10.5. prova de inscrição no cadastro de contribuinte estadual e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.10.6. prova de regularidade com as Fazendas Municipal e Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.10.7. caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual ou Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.10.8. caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

8.11. Qualificação Econômico-Financeira.

Deverá ser observado o atendimento ao **item 6.6.3 e seus subitens no ANEXO I do edital, Termo de Referência.**

8.12. Qualificação Técnica

8.12.1. Os itens de comprovação técnica a serem apresentados para comprovação de atendimento dos licitantes em relação aos critérios técnicos mínimos exigidos nesta licitação estão descritos no **Termo de Referência – Anexo I, Item 6.6.4. e seus subitens.**

8.13. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a Comissão Permanente de Licitação suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.14. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

8.15. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis. Conforme o caso, em se tratando de licitações que contenham múltiplos lotes ou quando em licitações por Item que contenha mais de um Item.

8.15.1. Na hipótese de a licitante arrematante deixar de enviar algum documento de habilitação para o lote que concorrer, a Comissão Permanente de Licitação poderá aproveitar, de forma oblíqua, a habilitação já apresentada em outro item/lote, desde que cumprido cumulativamente os seguintes requisitos:

8.15.1.1. A Comissão Permanente de Licitação deve se certificar de que a documentação faltante corresponde àquela já apresentada e analisada em item/lote anterior;

8.15.1.2. A Comissão Permanente de Licitação deve avaliar se a documentação atende, na integralidade, os dois itens/grupos envolvidos nos itens em questão (essa análise se reforça se a documentação for atinente à qualificação econômico-financeira e à qualificação técnica)

8.15.1.3. O procedimento deve ser adotado com todos licitantes na mesma condição, não se admite a adoção de condutas discriminatórias por parte dos agentes públicos.

8.16. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

9. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA E DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO.

9.1. A proposta final do licitante melhor classificado, deverá ser encaminhada **juntamente com os documentos de habilitação**, conforme item 8. DA HABILITAÇÃO, observando também os documentos exigidos que constam no termo de referência, Anexo I, no prazo de até 01 (um) dia útil, a contar a partir da convocação da Comissão Permanente de Licitação, no sistema eletrônico e deverá:

9.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

9.1.2. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.



ATENÇÃO Licitantes!

Não esqueçam de enviar os documentos exigidos em Edital para habilitação e Proposta de Preço final, reformulada no prazo estipulado neste Edital a Comissão Permanente de Licitação, por meio do sistema.

9.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

9.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

9.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

9.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

9.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

9.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

9.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

10. DOS RECURSOS.

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, a habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no artigo 165 da Lei nº 14.133/2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, conforme o artigo 165, inciso I da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.2.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada no tempo máximo de 20 (vinte) minutos, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

10.3. Uma vez manifestado o recurso, **o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico www.comprasnet.gov.br, UASG 983965**, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico **www.comprasnet.gov.br, UASG 983965**, em outros três dias úteis, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.4. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.5. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

10.6. A falta de manifestação no prazo estabelecido no item 10.2.1. autoriza a Comissão Permanente de Licitação encaminhar o processo para Autoridade Julgadora para demais fases processuais ou declarar o certame fracassado.



Licitante,

Se você se sentir prejudicado com a decisão da Comissão Permanente de Licitação, recorra!

O recurso é seu instrumento de defesa contra atos ilegais.

Mas lembre-se, a intenção de recorrer deverá ser apresentada pelo sistema no prazo estipulado pelo Edital.

11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA.

11.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

11.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

11.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

11.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

11.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.

12.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da Autoridade Competente, caso não haja interposição de recurso, após a regular decisão dos recursos apresentados.

12.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

13. DA GARANTIA DE PROPOSTA E GARANTIA DE EXECUÇÃO.

13.1. HAVERÁ exigência de garantia de proposta, garantia de execução e garantia contratual para a presente contratação, conforme itens constantes no Termo de Referência, Anexo I do edital.

14. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE.

14.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

14.2. O adjudicatário terá o prazo de acordo ao Termo de Referência, Anexo I do Edital para assinatura do contrato.

14.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico (*e-mail*), para que seja assinado ou aceito no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

14.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

14.3. O prazo de execução e de vigência da contratação será em conformidade com o quanto constante no Termo de Referência ANEXO I do edital.

14.4. Previamente à contratação, a Administração realizará consulta ao SICAF ou Tribunal de Contas da União (Consulta Consolidada), por meio do link <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/> ou para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como será precedida de consulta ao CAFIMP ou CADIN.

14.4.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

14.4.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

14.5. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

14.6. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

15. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL.

15.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

16. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO.

16.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.

17.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

18. DO PAGAMENTO.

18.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

19.1. Comete infração administrativa, nos termos do artigo 155 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021 o licitante/adjudicatário que:

- 19.1.1.** dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 19.1.2.** dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 19.1.3.** dar causa à inexecução total do contrato;
- 19.1.4.** deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 19.1.5.** não manter a proposta;
- 19.1.6.** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 19.1.7.** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação;
- 19.1.8.** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 19.1.9.** fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento;
- 19.1.10.** comporta-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 19.1.11.** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

19.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em concorrência, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

19.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

19.4. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 19.4.1.** Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
- 19.4.2.** Multa sobre o valor estimado do(s) item(s) / grupo prejudicado(s) pela conduta do licitante, conforme o caso, de acordo com o Termo de Referência;
- 19.4.3.** Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 19.4.4.** Impedimento de licitar e de contratar com a Administração Pública e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

19.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

19.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

19.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão

sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR, nos termos do Decreto nº 18.484, de 13 de março de 2018.

19.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

19.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

19.10. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Município ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

19.11. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021.

19.12. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

19.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, CAFIMP, CEIS E CNEP;

19.14. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

20. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

20.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

20.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

20.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

20.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

20.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

20.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

20.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

20.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

20.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços;

20.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

20.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

20.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

21. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.

21.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

Licitantes,



Há algo de errado com o Edital? Você notou algum erro que prejudique esta licitação? Por favor, não deixe de solicitar esclarecimentos ou apresentar sua impugnação a Comissão Permanente de Licitação.

21.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail gercompras.semgi@pmvc.ba.gov.br por petição protocolada na Central Estratégica de Compras Públicas, localizada na Rua João Pessoa, nº 253, Centro, Vitória da Conquistda – BA CEP 45000-610 em atenção a Comissão Permanente de Licitação responsável.

21.3. Caberá a Comissão Permanente de Licitação, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

21.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

23.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados a Comissão Permanente de Licitação, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

21.6. A Comissão Permanente de Licitação responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos Anexos, inclusive o Termo de Referência.

21.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

21.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela Comissão Permanente de Licitação, nos autos do processo de licitação.

21.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

22.1. Da sessão pública da Concorrência divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

22.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela Comissão Permanente de Licitação.

22.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

22.4. No julgamento das propostas e da habilitação, a Comissão Permanente de Licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

22.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

22.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.7. É facultado a Comissão Permanente de Licitação ou a autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório, desde que não implique em inclusão de documento ou informação que deveria constar, originariamente, da proposta.

22.8. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

22.10. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

22.11. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

22.12. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br, bem como no site pmvc.ba.gov.br, link “processos licitatórios – Concorrência Pública” e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Praça Joaquim Correa, 55, Centro, nos dias úteis, no horário das 08h30 horas às 14h00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

22.13. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

22.13.1. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

22.14. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

22.14.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento posterior à fase de habilitação.

22.15. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

22.16. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

22.17. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

22.17.1. ANEXO I - Termo de Referência

22.17.2. ANEXO II – Plantas e Projetos

22.17.3. ANEXO III – Minuta do Termo de Contrato, quando for o caso.

22.17.4. ANEXO IV – Declarações.

22.17.5. ANEXO V - Declaração que não Emprega Menor de Idade, salvo na condição de aprendiz.

22.17.6. ANEXO VI– Declaração de ME e EPP.

22.17.7. ANEXO VII – Estimativa Orçamentária

Vitória da Conquista, 25 de março de 2026.

Romar Souza Barros
Secretário Municipal de Gestão e Inovação

ANEXO I DO EDITAL - TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo Nº 65734/2026

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

Contratação de empresa especializada no ramo da construção civil, em regime de empreitada por preço global, visando à execução de obras de drenagem urbana destinadas à ampliação da capacidade de escoamento de águas pluviais na região do Bairro Jurema, compreendendo

intervenções no canal da Avenida Caracas e na Avenida Juracy Magalhães, no Município de Vitória da Conquista/BA.

A intervenção contempla a ampliação do sistema de drenagem pluvial existente, mediante a implantação de nova linha de galerias celulares em aduelas de concreto armado com seção de 3,00 m x 3,00 m, com extensão aproximada de 238 m no canal da Avenida Caracas, bem como a implantação de rede de drenagem em tubulação de PEAD na Avenida Juracy Magalhães, com extensão aproximada de 555 m, incluindo dispositivos de captação e condução das águas pluviais.

Também integra o objeto a requalificação do canal de deságue do sistema de drenagem, com extensão aproximada de 142 m, estruturado em galerias celulares em aduelas de concreto armado com seção de 3,00 m x 3,00 m, destinadas à condução final das águas pluviais ao sistema de drenagem existente.

A execução dos serviços deverá observar rigorosamente o Projeto Executivo, o Memorial Descritivo, o Cronograma Físico-Financeiro e a Planilha Orçamentária, documentos que integram os anexos deste Termo de Referência.

A obra será custeada com recursos provenientes do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, vinculados às Propostas nº 969297 (Etapa 1) e nº 969298 (Etapa 2), observando-se as condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e na legislação aplicável.

Ressalta-se que, embora o empreendimento esteja estruturado em duas propostas distintas para fins de captação de recursos, as intervenções constituem um único sistema de drenagem, técnica e operacionalmente indivisível, devendo ser executadas de forma integrada, por meio de um único contrato, de modo a garantir a eficiência hidráulica, a compatibilidade entre as estruturas e a adequada funcionalidade do sistema.

2. JUSTIFICATIVA

A presente contratação tem por finalidade a execução de obras de drenagem urbana destinadas à ampliação da capacidade de escoamento das águas pluviais na região do Bairro Jurema, especialmente nas áreas de influência da Avenida Caracas e da Avenida Juracy Magalhães, no Município de Vitória da Conquista/BA, conforme Projeto Executivo, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária e demais documentos técnicos anexos.

Atualmente, o sistema de drenagem existente apresenta capacidade hidráulica insuficiente para suportar os volumes de escoamento superficial gerados durante eventos de chuvas intensas, ocasionando extravasamento do canal da Avenida Caracas e alagamentos recorrentes ao longo da Avenida Juracy Magalhães.

Esse cenário decorre principalmente do processo de urbanização e ampliação das áreas impermeabilizadas nos bairros adjacentes, com aumento das superfícies pavimentadas, edificações e vias urbanas, resultando na redução da infiltração natural da água no solo e no aumento do volume de escoamento superficial.

Diante desse contexto, torna-se necessária a implantação de novas estruturas de drenagem e a ampliação da capacidade hidráulica do sistema existente, mediante a duplicação da capacidade de escoamento do canal da Avenida Caracas, com implantação de nova linha de galerias celulares em aduelas de concreto armado; a implantação de rede estruturante de drenagem na

Avenida Juracy Magalhães, composta por tubulação de PEAD e dispositivos de captação de águas pluviais; e a requalificação do canal de deságue do sistema.

A solução proposta utiliza métodos construtivos usuais e tecnologias amplamente consolidadas na engenharia de drenagem urbana, caracterizando-se como obra comum de engenharia, com execução baseada em procedimentos padronizados e amplamente dominados pelo mercado.

A intervenção permitirá melhorar o desempenho hidráulico do sistema, reduzindo a ocorrência de alagamentos, contribuindo para a mobilidade urbana, segurança da população e preservação da infraestrutura existente.

Ressalta-se que, embora o empreendimento esteja estruturado em duas propostas distintas no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, denominadas Etapa 1 (Proposta nº 969297) e Etapa 2 (Proposta nº 969298), tal divisão possui natureza administrativa e orçamentária. Do ponto de vista técnico, as intervenções compõem uma solução integrada de drenagem urbana, cuja execução conjunta visa garantir maior eficiência operacional e melhor aproveitamento dos recursos públicos.

A contratação em regime de empreitada por preço global se mostra adequada, tendo em vista a definição prévia dos quantitativos, soluções técnicas e especificações constantes no projeto executivo, permitindo adequada previsibilidade de custos e execução.

A execução da obra encontra-se vinculada às Propostas nº 969297 (Etapa 1) e nº 969298 (Etapa 2), no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, sendo custeada com recursos federais e contrapartida do Tesouro Municipal, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência e na legislação aplicável.

A contratação está fundamentada no Estudo Técnico Preliminar – ETP, que demonstrou a viabilidade técnica, econômica e operacional da solução proposta, bem como sua compatibilidade com o planejamento urbano e as necessidades de melhoria da infraestrutura de drenagem do Município de Vitória da Conquista/BA.

3. DOS REQUISITOS MÍNIMOS DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

O presente Termo de Referência contempla integralmente os requisitos mínimos previstos no art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 22.845/2023, observando as boas práticas de planejamento e gestão das contratações públicas.

O Estudo Técnico Preliminar – ETP, elaborado pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana – SEINFRA, fundamenta a necessidade, a viabilidade e a adequação da presente contratação, constituindo o documento técnico que embasa a execução das obras de drenagem urbana na região do Bairro Jurema, no Município de Vitória da Conquista/BA.

O ETP apresenta a caracterização do problema e a solução proposta, contemplando os seguintes elementos exigidos pela legislação:

- Descrição da necessidade da contratação, sob a ótica do interesse público, evidenciando a ocorrência de extravasamento do canal da Avenida Caracas e episódios recorrentes de alagamento na Avenida Juracy Magalhães, decorrentes do aumento do escoamento superficial provocado pela expansão urbana e pela ampliação das áreas impermeabilizadas na bacia de contribuição;

- Demonstração de alinhamento com o planejamento municipal e com o Plano de Contratações Anual (PCA), assegurando coerência entre a demanda da Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e as diretrizes de melhoria da infraestrutura urbana e de drenagem do Município;
- Definição dos requisitos da contratação, abrangendo aspectos técnicos, funcionais e de desempenho relacionados às estruturas de drenagem, incluindo galerias celulares em aduelas de concreto armado, rede de drenagem em tubulação de PEAD e dispositivos de captação e condução de águas pluviais;
- Estimativa das quantidades e do valor da contratação, elaborada com base em composições referenciais do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, complementadas por referências do ORSE e SICRO, quando aplicável, acompanhadas das respectivas memórias de cálculo e planilhas de quantificação;
- Levantamento de alternativas de solução, no qual foram analisadas diferentes estratégias para solução do problema de drenagem urbana, incluindo intervenções pontuais na microdrenagem, ampliação parcial do canal existente e implantação de sistema estruturante de drenagem, sendo adotada a última alternativa por apresentar maior eficiência hidráulica e melhor relação custo-benefício para a Administração;
- Justificativa técnica e econômica da solução adotada, que aponta a ampliação do canal da Avenida Caracas, a implantação da rede de drenagem da Avenida Juracy Magalhães e a requalificação do canal de deságue como a solução mais adequada para ampliação da capacidade de escoamento do sistema;
- Avaliação de riscos técnicos, operacionais e socioambientais, com medidas mitigadoras definidas na Matriz de Riscos, elaborada conforme disposto no Decreto Municipal nº 23.181/2024;
- Análise dos possíveis impactos ambientais, com previsão de destinação adequada dos resíduos de construção civil, controle de interferências urbanas durante a execução da obra e recuperação das áreas afetadas, em conformidade com a Resolução CONAMA nº 469/2015 e com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

Dessa forma, o Estudo Técnico Preliminar anexo comprova a viabilidade técnica, ambiental, econômica e operacional da intervenção proposta, demonstrando que a solução apresentada atende de forma adequada à necessidade de ampliação da capacidade do sistema de drenagem urbana na região do Bairro Jurema.

O ETP integra o presente Termo de Referência como anexo, em atendimento ao art. 18, §1º da Lei nº 14.133/2021, servindo como base técnica para definição do objeto e para a instrução do processo licitatório, garantindo rastreabilidade, transparência e eficiência na tomada de decisão administrativa.

Ressalta-se que o Estudo Técnico Preliminar considerou o empreendimento de forma integrada, abrangendo as intervenções correspondentes às Propostas nº 969297 (Etapa 1) e nº 969298 (Etapa 2), cadastradas no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. Embora tais propostas possuam individualização orçamentária para fins de captação de recursos, o estudo foi elaborado considerando a complementaridade entre as intervenções de drenagem, de modo a garantir maior eficiência operacional e melhor desempenho hidráulico do sistema.

A adoção de uma abordagem integrada visa assegurar compatibilidade entre as soluções técnicas propostas, sem prejuízo da caracterização da obra como de engenharia comum, uma vez que as intervenções utilizam métodos construtivos usuais, tecnologias amplamente

difundidas e procedimentos executivos padronizados no âmbito da engenharia de drenagem urbana.

4. ESTIMATIVA DOS VALORES DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

A presente contratação refere-se à execução das obras de drenagem urbana no Bairro Jurema, no Município de Vitória da Conquista/BA, contemplando intervenções nas Avenidas Caracas e Juracy Magalhães, conforme Projeto Executivo, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária e demais documentos técnicos anexos.

A execução da obra será realizada em regime de empreitada por preço global, abrangendo todos os serviços necessários à implantação das estruturas de drenagem previstas no projeto, incluindo escavações, implantação de galerias celulares em aduelas de concreto armado, rede de drenagem em tubulação de PEAD, dispositivos de captação, recomposição de pavimentos, obras complementares e demais serviços correlatos indispensáveis à completa execução.

Para fins de planejamento e controle orçamentário, o empreendimento foi estruturado em duas etapas, conforme cadastramento realizado no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, sendo:

ETAPA 1 – Ampliação da capacidade de escoamento do canal da Avenida Caracas, mediante implantação de nova linha de galerias celulares em aduelas de concreto armado com seção de 3,00 m x 3,00 m, ao longo de aproximadamente 238 metros de extensão, com valor estimado de:

R\$ 4.402.093,77.

ETAPA 2 – Implantação da rede de drenagem da Avenida Juracy Magalhães e requalificação do canal de deságue do sistema, contemplando aproximadamente 555 metros de rede principal em tubulação de PEAD, dispositivos de captação de águas pluviais e requalificação do canal aberto, com extensão aproximada de 142 metros, com valor estimado de:

R\$ 4.778.485,28.

Dessa forma, o valor global estimado da contratação corresponde a:

R\$ 9.180.579,05.

Ressalta-se que, embora o empreendimento esteja estruturado em duas etapas para fins administrativos e orçamentários, as intervenções possuem caráter complementar, compondo uma solução integrada de drenagem urbana. A contratação em lote único se justifica pela necessidade de garantir padronização construtiva, otimização logística e maior eficiência na execução dos serviços.

A adoção de contrato único em regime de empreitada por preço global decorre da definição prévia dos quantitativos e das soluções técnicas constantes no projeto executivo, permitindo adequada previsibilidade de custos, melhor controle da execução e redução de riscos de descontinuidade dos serviços.

A separação por etapas possui caráter exclusivamente financeiro, não caracterizando parcelamento indevido do objeto, nos termos do art. 40 da Lei nº 14.133/2021.

Os serviços deverão ser executados de forma contínua, cabendo à contratada a adequada organização e coordenação das frentes de trabalho, observando as especificações técnicas e o cronograma estabelecido.

A estimativa de custos foi elaborada com base nas composições de referência do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, complementadas, quando necessário, por referências do ORSE e do SICRO, considerando as bases mais atualizadas disponíveis, acompanhadas das respectivas memórias de cálculo.

Os quantitativos foram definidos a partir do Projeto Executivo de Drenagem, com base em critérios técnicos de dimensionamento hidráulico e estrutural, garantindo a adequada capacidade de condução das águas pluviais e a compatibilidade com as condições urbanísticas e topográficas da área de intervenção.

5. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos consignados no Orçamento Geral do Município de Vitória da Conquista/BA, observada a compatibilidade com a Lei Orçamentária Anual (LOA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e o Plano Plurianual (PPA), em conformidade com a legislação vigente.

O empreendimento será custeado com recursos provenientes do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, vinculados às Propostas nº 969297 (Etapa 1) e nº 969298 (Etapa 2), assegurada a disponibilidade orçamentária suficiente para a cobertura das despesas decorrentes da execução contratual.

Ressalta-se que, embora os recursos estejam vinculados a duas propostas distintas no âmbito do PAC, a execução do objeto ocorrerá por meio de contratação única, sendo os créditos orçamentários geridos de forma segregada para fins de controle financeiro e prestação de contas, sem prejuízo da execução integrada da obra.

A presente contratação observa o disposto na Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à necessidade de prévia indicação dos créditos orçamentários e à compatibilidade da despesa com o planejamento das contratações públicas, garantindo a regularidade fiscal e a sustentabilidade financeira do empreendimento.

UNIDADE GESTORA	PROJETO / ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	SUB	FONTE DE RECURSO	VALOR ESTIMADO
3500	1008	4490.51.00	9900	700	R\$ 9.180.579,05

O valor estimado da contratação corresponde a R\$ 9.180.579,05 (nove milhões, cento e oitenta mil, quinhentos e setenta e nove reais e cinco centavos), contemplando todos os custos necessários à execução integral do objeto.

Caso a execução contratual ultrapasse o exercício financeiro vigente, a dotação relativa aos exercícios subsequentes será indicada após a aprovação das respectivas Leis Orçamentárias Anuais (LOA) e liberação dos créditos correspondentes, podendo ser formalizada por meio de

apostilamento, em conformidade com as disposições da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como com a legislação orçamentária aplicável.

6. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

6.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

O fornecedor será selecionado por meio de procedimento licitatório, na modalidade Concorrência, sob a forma eletrônica, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, com divulgação obrigatória no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, assegurando ampla publicidade, isonomia, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Considerando tratar-se de obra de engenharia de natureza comum, com projeto executivo previamente elaborado e definido, será adotado o critério de julgamento de menor preço global, conforme disposto no art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, sendo a contratação realizada em regime de empreitada por preço global.

A escolha do critério de menor preço global justifica-se pela necessidade de garantir maior controle sobre o custo total do empreendimento, bem como pela integração das etapas executivas da obra de drenagem, que compreende serviços interdependentes, tais como escavações, implantação de galerias em aduelas de concreto armado, execução de rede de drenagem em PEAD, dispositivos de captação, recomposição de pavimentos e obras complementares.

Para fins de aceitabilidade das propostas, será adotado como referência o orçamento estimado pela Administração, elaborado com base nas composições do:

- Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI;
- ORSE – Orçamento de Obras de Sergipe;
- SICRO – Sistema de Custos Referenciais de Obras, quando aplicável;

considerando as bases de dados mais atualizadas disponíveis à época da elaboração do orçamento.

Serão desclassificadas as propostas que:

- apresentarem preços inexequíveis, nos termos do art. 59, inciso III, da Lei nº 14.133/2021;
- apresentarem valores globais superiores ao orçamento estimado pela Administração;
- não atenderem às exigências técnicas e às especificações estabelecidas neste Termo de Referência e nos demais documentos do processo.

6.2. Regime de execução

A presente contratação será realizada sob o regime de execução de empreitada por preço global, nos termos do art. 46, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, considerando que a obra possui projeto executivo completo, com quantitativos e especificações suficientemente definidos, permitindo a adequada mensuração do custo global do empreendimento.

Nesse regime, a contratada se comprometerá a executar integralmente as obras de drenagem urbana no Bairro Jurema, contemplando intervenções nas Avenidas Caracas e Juracy Magalhães, conforme as Propostas nº 969297 (Etapa 1) e nº 969298 (Etapa 2), por preço certo e total previamente estabelecido em contrato, abrangendo todos os serviços, materiais, equipamentos, mão de obra e demais insumos necessários à plena execução do objeto.

Ressalta-se que, embora o empreendimento esteja vinculado a duas propostas distintas no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, denominadas Etapa 1 (Proposta nº 969297) e Etapa 2 (Proposta nº 969298), tais etapas possuem caráter complementar no âmbito da solução de drenagem proposta. Dessa forma, a execução conjunta do objeto contribui para maior padronização construtiva, eficiência logística e otimização dos recursos públicos, justificando a adoção de contratação única.

A adoção da empreitada por preço global justifica-se pela definição prévia e detalhada do projeto executivo, que permite adequada previsibilidade dos custos e das quantidades, reduzindo incertezas na execução contratual.

A natureza dos serviços de engenharia envolvidos compreende, entre outros:

- implantação de galerias celulares em aduelas de concreto armado;
- execução de rede de drenagem em tubulação de PEAD;
- implantação de dispositivos de captação de águas pluviais;
- requalificação de canal de deságue existente;
- escavações, reaterros e recomposição de pavimentos;
- serviços complementares necessários à funcionalidade do sistema.

Nessa modalidade, a contratada assume os riscos ordinários decorrentes da execução do objeto, incluindo aqueles relacionados à produtividade, mobilização de recursos, logística de execução e métodos construtivos.

Eventuais alterações contratuais poderão ocorrer nas hipóteses legalmente previstas, especialmente nos casos de:

- modificações do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica;
- fatos supervenientes imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis;
- necessidade de acréscimos ou supressões quantitativas dentro dos limites legais.

A execução da obra se dará por meio da contratação de uma única empresa ou consórcio, responsável pela execução integral do objeto, incluindo o fornecimento de materiais, equipamentos, insumos, mão de obra e a gestão técnica e operacional necessária ao cumprimento das obrigações contratuais.

6.3. Construção convencional

Para a execução das obras de drenagem urbana no Bairro Jurema, no Município de Vitória da Conquista/BA, adotou-se solução técnica baseada em sistemas convencionais de drenagem urbana, amplamente empregados em obras públicas de infraestrutura, em conformidade com as normas técnicas aplicáveis e com as boas práticas de engenharia.

A solução proposta consiste na ampliação e implantação de estruturas destinadas à condução das águas pluviais, utilizando elementos usuais e amplamente difundidos na engenharia, compatíveis com as condições hidráulicas, geotécnicas e urbanísticas da área de intervenção.

Destaca-se a utilização de galerias celulares em aduelas de concreto armado, com seção de 3,00 m x 3,00 m, bem como a implantação de rede de drenagem em tubulação de PEAD ao longo da Avenida Juracy Magalhães, associada a dispositivos usuais de captação e condução das águas superficiais, como bocas de lobo e poços de visita.

A escolha da solução fundamenta-se na necessidade de adequação do sistema de drenagem às condições urbanísticas da bacia de contribuição, utilizando técnicas consagradas e amplamente aplicadas em obras similares.

As estruturas adotadas apresentam durabilidade e desempenho compatíveis com a finalidade proposta, além de permitirem execução eficiente por meio de métodos construtivos padronizados, incluindo o uso de elementos pré-moldados.

A solução proposta é compatível com o sistema de drenagem existente, permitindo a adequada conexão entre as estruturas, garantindo a continuidade do escoamento das águas pluviais.

A definição da solução está fundamentada no Projeto Executivo de Drenagem, elaborado com base em estudos hidrológicos e hidráulicos, levantamentos topográficos e nas características urbanísticas locais, observando-se normas técnicas da ABNT, manuais do DNIT, ANA (12/2025) e demais referências aplicáveis.

6.4. Da complexidade técnica: “obra comum de engenharia”

O objeto da presente contratação consiste na execução de obras de drenagem urbana no Bairro Jurema, no Município de Vitória da Conquista/BA, contemplando intervenções estruturantes nas Avenidas Caracas e Juracy Magalhães, conforme definido no Projeto Executivo e nos demais documentos técnicos que integram este Termo de Referência.

A intervenção possui natureza de obra de engenharia e enquadra-se como obra comum de engenharia, nos termos da alínea “a” do inciso XXI do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, por apresentar soluções técnicas consolidadas, metodologias executivas amplamente difundidas no mercado e especificações padronizadas.

Embora se trate de obra de infraestrutura de relevante porte, os serviços previstos não demandam soluções inovadoras ou tecnologias não usuais, sendo caracterizados pela aplicação de técnicas consagradas de engenharia de drenagem urbana. Nesse sentido, destacam-se os seguintes aspectos:

I. Os serviços envolvem a execução de galerias celulares em aduelas de concreto armado, redes de drenagem em tubulação de PEAD, dispositivos de captação e obras complementares, todos amplamente utilizados em obras públicas de infraestrutura urbana;

II. As técnicas construtivas empregadas são padronizadas e amplamente dominadas por empresas do setor de construção pesada, não exigindo desenvolvimento tecnológico específico ou soluções experimentais;

III. Os materiais, equipamentos e insumos necessários à execução encontram-se disponíveis no mercado, com ampla oferta de fornecedores e prestadores de serviços capacitados;

IV. Os critérios de desempenho, qualidade e segurança são definidos com base em normas técnicas consolidadas, especialmente aquelas estabelecidas pela ABNT, ANA (12/2025), bem como em manuais técnicos aplicáveis à drenagem urbana, incluindo referências do DNIT;

V. Existe ampla competitividade no mercado, com número significativo de empresas aptas a executar o objeto, garantindo a observância do princípio da isonomia e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, conforme disposto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

Dessa forma, a obra não se caracteriza como de natureza especial, sendo adequada a sua contratação por meio de empreitada por preço global, conforme previsto neste Termo de Referência.

Ressalta-se que, embora envolva obra de infraestrutura de porte relevante, a execução se baseia em técnicas rotineiras de engenharia, com baixo grau de incerteza executiva, não se configurando como obra de natureza especial.

6.5. Critérios de aceitabilidade de preços

O critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação, considerando que a licitação será realizada sob o regime de empreitada por preço global, conforme previsto neste Termo de Referência.

O orçamento estimado foi elaborado com base nas composições referenciais do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, complementadas, quando necessário, por referências do ORSE – Orçamento de Obras de Sergipe e do SICRO – Sistema de Custos Referenciais de Obras, em conformidade com o disposto no art. 23, §2º da Lei nº 14.133/2021.

O licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar deverá apresentar, por meio eletrônico, para fins de análise de exequibilidade, planilha detalhada contendo:

- o preço global ofertado;
- os preços unitários e quantitativos dos serviços relevantes;
- a composição de custos;

em conformidade com o modelo de planilha disponibilizado, nos termos do art. 59, §3º da Lei nº 14.133/2021.

Serão consideradas inexequíveis as propostas que apresentarem valores globais inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor estimado pela Administração, salvo

se o licitante comprovar, de forma objetiva e documental, a viabilidade de execução do objeto, nos termos do art. 59, §4º da Lei nº 14.133/2021.

De acordo com o art. 59, §5º da Lei nº 14.133, será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com esta Lei.

A Administração poderá, ainda, realizar diligências para aferição da exequibilidade da proposta, inclusive quanto à compatibilidade dos preços unitários apresentados com os custos de mercado, podendo desclassificar propostas que apresentem indícios de inexequibilidade ou que não demonstrem capacidade de execução adequada do objeto contratado.

6.6. Exigências de habilitação

Para fins de habilitação no certame que visa à execução das obras de drenagem urbana no Bairro Jurema, no Município de Vitória da Conquista/BA, o licitante deverá comprovar o atendimento aos seguintes requisitos, nos termos dos arts. 62 a 67 da Lei nº 14.133/2021:

- Os documentos necessários à habilitação deverão estar com prazo vigente, à exceção daqueles que, por sua natureza, não contenham validade. Poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada por tabelião de notas, por servidor da unidade responsável pela condução da concorrência na forma eletrônica, ou por publicação em órgãos da imprensa oficial. Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou meras solicitações de documentos em substituição aos documentos requeridos no edital.
- A validade das certidões relativas à comprovação da Qualificação Econômico-Financeira e da Regularidade Fiscal corresponderá ao prazo fixado nos próprios documentos. Caso tais documentos não contenham expressamente o prazo de validade, a Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista (PMVC) convencionou o prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua expedição, ressalvada a hipótese de o licitante comprovar, mediante juntada de norma legal pertinente, prazo de validade superior.
- As Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e seus equiparados deverão apresentar toda a documentação exigida para comprovação da regularidade fiscal, ainda que esta contenha alguma restrição, conforme art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006.
- Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão das certidões negativas ou positivas com efeito de negativa, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006.
- A declaração do vencedor do certame ocorrerá somente após o julgamento das propostas e a análise das eventuais regularizações fiscais, aguardando-se os prazos legais antes da abertura da fase recursal, conforme art. 4º, §2º do Decreto nº 8.538/2015.

- A não regularização da documentação no prazo previsto implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na legislação em vigor (art. 155 da Lei nº 14.133/2021).
- Para efeito de habilitação técnica, será admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado; para efeito de habilitação econômico-financeira, será admitido o somatório dos valores de cada consorciado, observados os limites e condições do edital.
- Será exigida, no momento da apresentação da proposta, a comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, como requisito de pré-habilitação, nos termos do art. 58 da Lei nº 14.133/2021.
- A garantia de proposta corresponderá a 1% (um por cento) do valor estimado para a contratação e poderá ser prestada em quaisquer das modalidades previstas no art. 96, §1º da Lei nº 14.133/2021 (caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária).
- A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.
- A recusa em assinar o contrato ou a não apresentação tempestiva dos documentos exigidos para a contratação implicará a execução do valor integral da garantia de proposta, sem prejuízo das demais sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

6.6.1. Habilitação Jurídica

Para fins de comprovação da habilitação jurídica, nos termos do art. 62, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, os licitantes deverão apresentar os seguintes documentos:

I – Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado no órgão competente, acompanhado de todas as alterações ou da consolidação respectiva, bem como dos documentos de eleição de seus administradores, quando aplicável;

II – Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

III – Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, no caso de empresário individual;

IV – Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, acompanhado de ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

V – Para as Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove o enquadramento nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, para fins de usufruto dos benefícios legais.

Os documentos deverão estar válidos e devidamente registrados nos órgãos competentes, sendo admitida a apresentação em original, por cópia autenticada ou por meio eletrônico, conforme disciplinado no edital.

6.6.2. Habilitação Fiscal-Trabalhista

Para fins de comprovação da habilitação fiscal e trabalhista, nos termos do art. 62, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, os licitantes deverão apresentar os seguintes documentos:

I – Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;

II – Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da contratação;

III – Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN);

IV – Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, expedida pelo órgão competente da unidade federativa da sede do licitante;

V – Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, expedida pelo órgão competente do município da sede do licitante;

VI – Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, expedido pela Caixa Econômica Federal, comprovando a regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;

VII – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, ou certidão positiva com efeito de negativa, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho, nos termos da legislação vigente.

As certidões deverão estar válidas na data de apresentação, sendo admitidas certidões positivas com efeito de negativa, conforme previsto na legislação aplicável.

6.6.3. Da Qualificação Econômico-Financeira

Para fins de comprovação da qualificação econômico-financeira, nos termos do art. 69 da Lei nº 14.133/2021, será exigida dos licitantes a apresentação dos seguintes documentos:

I – Balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício (DRE) e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, devidamente assinados por profissional habilitado e registrados na Junta Comercial ou órgão competente, na forma da legislação aplicável;

II – As empresas constituídas no exercício financeiro da licitação deverão atender às exigências de habilitação, podendo substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, devidamente assinado por contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade (CRC);

III – No caso de pessoa jurídica constituída há menos de 2 (dois) anos, os documentos referidos limitar-se-ão ao último exercício social, sendo dispensada a apresentação de períodos anteriores à sua constituição;

IV – Os documentos contábeis deverão estar em conformidade com as exigências da Receita Federal do Brasil, especialmente quanto à Escrituração Contábil Digital (ECD) no âmbito do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED;

V – Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor judicial da sede da licitante, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias, salvo se outro prazo constar expressamente no documento.

Será exigido, para fins de habilitação econômico-financeira, patrimônio líquido mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, em conformidade com o disposto no art. 69, §4º da Lei nº 14.133/2021, considerando o porte e a complexidade da obra.

No caso de participação em consórcio, o valor exigido de patrimônio líquido será acrescido de 15% (quinze por cento) em relação ao exigido do licitante individual, nos termos do art. 15, §1º da Lei nº 14.133/2021.

6.6.4. Da Qualificação Técnica

6.6.4.1. Qualificação Operacional (Relativo à Empresa)

Para fins de qualificação operacional da empresa licitante, nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, será exigido:

- Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições do local de execução da obra, de forma a assumir plena responsabilidade sobre a viabilidade de execução contratual. Essa declaração deverá seguir o modelo anexo a este Termo de Referência;
- Alternativamente, poderá ser apresentada declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante, informando o conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, conforme modelo anexo a este Termo de Referência;
- Registro ou inscrição da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), em plena validade, conforme o objeto da contratação;
- Comprovação de aptidão para execução de serviços de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, mediante apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados no conselho profissional competente, quando for o caso.

Além disso, a empresa licitante deverá comprovar, por meio de Atestados de Capacidade Técnica e Acervo Técnico registrados no CREA/CAU, que já executou serviços equivalentes às parcelas relevantes da obra, assim definidas por representarem valor individual superior a 4% do valor estimado do contrato, conforme §1º do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

As parcelas relevantes para a obra são as seguintes:

ETAP A	ITE M	CÓDIG O	FONTE	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT TOTAL	QUANT. REQUERID A (40%)
1 e 2	5.1 e 7.1	104497	SINAPI	Aduela/ Galeria Fechada Pre- Moldada De Concreto Armado, Secao Quadrangular Interna De 3,00 X 3,00 M (L X A), Misula De 20 X 20 Cm, C = 1,00 M, Espessura Min = 20 Cm, Tb-45 E Fck Do Concreto = 30 Mpa Fornecimento E Assentamento . Af_01/2023	M	522	208,8
1	10.3	95995	SINAPI	Execução De Pavimento Com Aplicação De Concreto Asfáltico, Camada De Rolamento - Exclusive Carga E Transporte. Af_11/2019	m³	288,95	115,58
2	3.3			Fornecimento e assentamento de tubo corrugado	M	555	222

		10054	ORS E	parede dupla PEAD, d=1200mm (48"), p/ sistema de drenagem, Tigre-ADS N - 12 ou similar			
--	--	-------	----------	---	--	--	--

A exigência de atestados limita-se às parcelas mais significativas do objeto, em conformidade com o §1º e §3º do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, de modo a não restringir indevidamente a competitividade, sendo admitido o somatório de até 4 (quatro) atestados para comprovação dos quantitativos mínimos.

6.6.4.2. Qualificação Profissional

Para fins de comprovação da qualificação profissional, nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, será exigida a apresentação de profissional de Engenharia Civil como responsável técnico, devidamente registrado no conselho profissional competente (CREA/CAU), detentor de atestado de responsabilidade técnica pela execução de obra ou serviço de características semelhantes às parcelas relevantes do objeto desta contratação, indicadas a seguir:

ETAPA	ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS
1 e 2	5.1 e 7.1	Aduela/ Galeria Fechada Pre-Moldada De Concreto Armado, Secao Quadrangular Interna De 3,00 X 3,00 M (L X A), Misula De 20 X 20 Cm, C = 1,00 M, Espessura Min = 20 Cm, Tb-45 E Fck Do Concreto = 30 Mpa Fornecimento E Assentamento. Af_01/2023
1	10.3	Execução De Pavimento Com Aplicação De Concreto Asfáltico, Camada De Rolamento - Exclusive Carga E Transporte. Af_11/2019
2	3.3	Fornecimento e assentamento de tubo corrugado parede dupla PEAD, d=1200mm (48"), p/ sistema de drenagem, Tigre-ADS N -12 ou similar

Será exigida dos licitantes a apresentação de Declaração de Disponibilidade de Equipe Técnica, assinada pelo representante legal da empresa e pelos profissionais indicados, atestando que atuarão efetivamente na execução do contrato, contemplando, no mínimo:

a) 01 (um) Engenheiro(a) Civil, que atuará como responsável técnico pela obra, com experiência comprovada compatível com a complexidade do objeto;

b) 01 (um) Engenheiro(a) de Segurança do Trabalho, responsável pelo acompanhamento das condições de saúde e segurança durante a execução da obra.

Em substituição à Declaração de Disponibilidade de Equipe Técnica, poderão ser apresentados pré-contratos, contratos de prestação de serviços ou outro meio idôneo de comprovação de vínculo entre os profissionais indicados e a empresa licitante.

Os profissionais indicados deverão participar efetivamente da execução do objeto contratado, sendo admitida sua substituição somente por profissionais com qualificação técnica equivalente ou superior, mediante prévia e expressa aprovação da Administração.

Para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional, será admitido o somatório de atestados, inclusive aqueles executados de forma concomitante, desde que demonstrada a compatibilidade com as parcelas de maior relevância do objeto.

Nos termos do art. 67, §§1º a 3º da Lei nº 14.133/2021, a exigência de atestados limitar-se-á às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto, admitindo-se a comprovação por meio de quantitativos compatíveis com até 40% (quarenta por cento) dessas parcelas, vedadas restrições indevidas quanto ao tempo ou local de execução.

Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante, devendo o licitante disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação de sua legitimidade, incluindo, quando solicitado pela Administração:

- cópia do contrato que deu suporte à execução do objeto;
- identificação da contratante;
- local e período de execução dos serviços;
- outros documentos que comprovem a veracidade das informações.

Será exigida a apresentação de Declaração de Vistoria do Local da Obra ou, alternativamente, Declaração de Responsabilidade e Renúncia à Vistoria Técnica, assinada pelo representante legal da empresa, atestando o pleno conhecimento das condições locais e de todos os fatores que possam influenciar a execução do objeto.

Deverá ser apresentada, ainda, declaração formal de disponibilidade de pessoal técnico, acompanhada da relação de compromissos assumidos pelo licitante que possam impactar a disponibilidade da equipe indicada.

Além disso, serão exigidas as seguintes declarações obrigatórias:

a) Declaração de que o licitante não incorre em quaisquer das hipóteses de impedimento previstas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021;

b) Declaração de cumprimento do disposto no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, quanto à proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;

c) Declaração de que não utiliza trabalho degradante ou forçado, em conformidade com os princípios constitucionais;

d) Declaração de cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência ou reabilitados da Previdência Social, nos termos do art. 63, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

7. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Nos termos do art. 40, §3º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, o parcelamento do objeto deve ser afastado quando este configurar solução integrada e sua divisão puder implicar riscos ao desempenho do conjunto pretendido; no presente caso, as intervenções de drenagem urbana previstas para o Bairro Jurema, no Município de Vitória da Conquista/BA, apresentam complementaridade funcional, de modo que sua execução por múltiplos contratos pode acarretar dificuldades na coordenação dos serviços, potenciais incompatibilidades construtivas e riscos à eficiência global da solução, razão pela qual se justifica a adoção de contratação em lote único.

O empreendimento contempla intervenções nas Avenidas Caracas e Juracy Magalhães, que, embora possam ser individualmente identificadas do ponto de vista físico, apresentam caráter complementar no âmbito da solução de drenagem proposta, sendo recomendável sua execução conjunta para garantir padronização construtiva e melhor desempenho operacional.

Ressalta-se que, embora o empreendimento esteja vinculado a duas propostas distintas no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, denominadas Etapa 1 (Proposta nº 969297) e Etapa 2 (Proposta nº 969298), tal divisão possui natureza administrativa e orçamentária, não implicando necessidade de execução contratual separada.

A eventual divisão do objeto em contratos distintos poderia resultar em:

- perda de economia de escala;
- aumento dos custos administrativos e de gestão contratual;
- dificuldades na coordenação das frentes de serviço;
- riscos de descontinuidade na execução das obras.

Adicionalmente, a contratação em lote único proporciona ganhos de eficiência logística, otimização da mobilização de recursos e maior controle da execução, contribuindo para a economicidade e a adequada aplicação dos recursos públicos.

Dessa forma, considerando os aspectos técnicos, operacionais e econômicos envolvidos, conclui-se que a contratação por meio de lote único, em regime de empreitada por preço global, mostra-se a alternativa mais vantajosa para a Administração, não se caracterizando como parcelamento indevido do objeto.

8. ADEQUAÇÃO ENTRE A SOLUÇÃO ESCOLHIDA E O POTENCIAL EM ATENDER À NECESSIDADE

A contratação de empresa especializada no ramo da construção civil mostra-se a solução mais adequada para a execução das obras de drenagem urbana no Bairro Jurema, no Município de Vitória da Conquista/BA, considerando a natureza técnica dos serviços e a inexistência, no âmbito da Administração Pública Municipal, de estrutura operacional, equipamentos e equipe técnica suficientes para a execução direta dos serviços.

A solução adotada, baseada em sistemas convencionais de drenagem, contempla a ampliação da capacidade de escoamento do canal da Avenida Caracas, a implantação da rede de drenagem da Avenida Juracy Magalhães e a requalificação do canal de deságue, utilizando estruturas em aduelas de concreto armado e tubulações em PEAD, amplamente consolidadas na engenharia de infraestrutura urbana.

Tais soluções apresentam desempenho adequado, durabilidade e compatibilidade com as condições urbanísticas e topográficas da área de intervenção, atendendo plenamente aos requisitos técnicos e normativos aplicáveis, especialmente às normas da ABNT, ANA e às boas práticas de engenharia.

A modalidade Concorrência Eletrônica foi definida por ser compatível com as características do objeto, garantindo ampla competitividade, transparência e seleção da proposta mais vantajosa, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

O regime de execução em empreitada por preço global foi adotado em razão da definição prévia do projeto executivo e dos quantitativos, proporcionando maior controle sobre o custo total do empreendimento e adequada previsibilidade da execução contratual.

Ressalta-se que, embora o empreendimento esteja vinculado a duas propostas distintas no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, denominadas Etapa 1 (Proposta nº 969297) e Etapa 2 (Proposta nº 969298), as intervenções apresentam caráter complementar no contexto da solução de drenagem adotada, sendo recomendável sua execução conjunta para garantir padronização construtiva e eficiência operacional.

Dessa forma, a solução técnica, a modalidade de licitação e o regime de execução escolhidos estão alinhados às necessidades do empreendimento, assegurando a adequada execução da obra, a eficiência na aplicação dos recursos públicos e a melhoria das condições de drenagem urbana na área de intervenção.

8.1 – Critérios de Sustentabilidade

A presente contratação observará critérios de sustentabilidade ambiental, em conformidade com o disposto no art. 5º e no art. 11, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, bem como com a Resolução CONAMA nº 469/2015 e demais normas aplicáveis.

Para tanto, integra este Termo de Referência o Anexo VII – Nota Técnica de Sustentabilidade, que estabelece diretrizes e procedimentos a serem adotados durante a execução da obra, incluindo:

- gestão adequada dos resíduos da construção civil, com segregação, acondicionamento, transporte e destinação final ambientalmente correta;
- controle de impactos temporários decorrentes da execução, tais como emissão de poeira, ruídos, interferências no tráfego e segurança da população;

- adoção de medidas de controle de erosão e de assoreamento, especialmente em áreas próximas ao canal e aos dispositivos de drenagem;
- recomposição das áreas afetadas pelas intervenções, incluindo calçadas, pavimentação, áreas verdes e demais elementos urbanos;
- utilização de materiais e soluções que assegurem durabilidade e redução da necessidade de manutenção futura;
- observância das normas de acessibilidade, especialmente a ABNT NBR 9050, nas áreas impactadas pela intervenção.

9. VISITA TÉCNICA – CONHECIMENTO DO LOCAL

Nos termos do art. 63, §§2º e 3º da Lei nº 14.133/2021, será facultado aos licitantes realizar visita técnica ao local destinado à execução das obras de drenagem urbana no Bairro Jurema, no Município de Vitória da Conquista/BA, abrangendo intervenções nas Avenidas Caracas e Juracy Magalhães, a fim de conhecer as condições que possam influir na formulação da proposta e na execução dos serviços.

A visita técnica tem por objetivo possibilitar aos licitantes a verificação das condições locais de execução, incluindo aspectos relacionados à logística de obra, interferências com o sistema viário, condições do canal existente, presença de redes de infraestrutura, características do terreno e demais fatores que possam impactar a execução dos serviços.

A visita deverá ser previamente agendada junto à unidade técnica responsável pela obra – Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana (SEINFRA) – até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data de abertura das propostas, exclusivamente em dias úteis e dentro do horário comercial.

O servidor responsável pelo agendamento é o Sr. Fábio Luciano Alves Silveira, que poderá ser contatado pelos seguintes meios:

Telefone: (77) 3229-3612

E-mail: seinfra.vistorias.tecnicas@gmail.com

Horário de atendimento: das 08h às 12h e das 14h às 17h, de segunda a sexta-feira.

Os dias e horários específicos das vistorias serão acordados com cada licitante, conforme disponibilidade da Administração.

Não será permitido que um mesmo representante participe da visita técnica em nome de mais de uma empresa licitante.

O licitante, por intermédio de seu representante legal ou responsável técnico devidamente credenciado, poderá apresentar declaração de realização de vistoria no local da obra, atestando o conhecimento pleno das condições físicas, operacionais e logísticas que possam interferir na execução dos serviços, conforme modelo constante em anexo.

Alternativamente, nos termos do art. 63, §3º da Lei nº 14.133/2021, o licitante poderá optar por não realizar a visita técnica, devendo apresentar declaração formal de renúncia, assumindo integral responsabilidade pelas condições de execução do objeto.

A apresentação das declarações previstas implicará o reconhecimento, por parte do licitante, das condições locais de execução, não sendo admitidas, posteriormente, alegações de desconhecimento que possam comprometer a execução contratual ou fundamentar pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro, ressalvadas as hipóteses legalmente previstas.

10. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

10.1. Regime de contratação

A presente contratação adotará o regime de empreitada por preço global, conforme previsto no art. 46, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, sendo este o modelo mais adequado em razão da definição prévia e detalhada do objeto por meio de Projeto Executivo e demais documentos técnicos que integram o processo.

A solução técnica foi integralmente caracterizada por meio do Projeto Executivo de drenagem urbana, o qual contempla a ampliação da capacidade de escoamento do canal da Avenida Caracas, a implantação da rede de drenagem da Avenida Juracy Magalhães e a requalificação do canal de deságue, assegurando a definição precisa dos serviços a serem executados.

O conjunto de documentos técnicos inclui, entre outros elementos:

- descrição detalhada das intervenções, com definição de localização, finalidade e justificativa técnica;
- especificação das soluções construtivas adotadas, incluindo métodos executivos, materiais e tecnologias empregadas;
- definição dos requisitos de desempenho, qualidade e segurança, em conformidade com as normas técnicas aplicáveis;
- orçamento detalhado, com composições de custos unitários e quantitativos, baseado em referências oficiais de preços;
- cronograma físico-financeiro, contemplando o planejamento das etapas de execução;
- critérios de medição e pagamento, detalhados em item específico deste Termo de Referência;
- diretrizes ambientais e medidas mitigadoras aplicáveis à execução da obra.

Ressalta-se que, embora o empreendimento esteja vinculado às Propostas nº 969297 (Etapa 1) e nº 969298 (Etapa 2), no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, a execução ocorrerá de forma integrada, sendo os serviços tecnicamente interdependentes e indispensáveis ao funcionamento do sistema de drenagem como um todo.

A adoção do regime de empreitada por preço global proporciona maior previsibilidade orçamentária, padronização da execução e mitigação de riscos contratuais, garantindo maior eficiência na aplicação dos recursos públicos.

10.2. Vigência do contrato, prazo de realização dos serviços e forma de entrega

A empresa contratada deverá assinar o contrato no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, sob pena de aplicação das sanções previstas na legislação vigente.

Após a emissão da Ordem de Início dos Serviços, a contratada deverá iniciar a execução da obra no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos.

A contratada deverá providenciar a inscrição da obra no Cadastro Nacional de Obras (CNO), junto à Receita Federal, no prazo legal aplicável, bem como manter os dados atualizados durante toda a execução contratual.

No caso de execução por meio de consórcio, a responsabilidade pelo cumprimento das obrigações cadastrais será da empresa líder.

O prazo de vigência contratual será de 15 (quinze) meses, sendo:

- 12 (doze) meses destinados à execução dos serviços;
- 03 (três) meses destinados aos procedimentos de recebimento, ajustes administrativos e encerramento contratual.

O prazo de execução dos serviços será contado a partir da data de início da obra, conforme estabelecido na Ordem de Início dos Serviços.

A execução deverá observar rigorosamente o cronograma físico-financeiro aprovado, podendo ser ajustado mediante justificativa técnica e anuência da Administração.

Os locais de intervenção, especificações técnicas, memoriais descritivos e demais documentos integrantes do Projeto Executivo fazem parte indissociável deste Termo de Referência.

O contrato poderá ser prorrogado nos termos do art. 111 da Lei nº 14.133/2021, desde que devidamente justificado e formalizado por meio de termo aditivo.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A Contratada, responsável pela execução das obras de drenagem urbana no Bairro Jurema, no Município de Vitória da Conquista/BA, deverá cumprir integralmente as seguintes obrigações:

11.1. Cumprimento das exigências legais e contratuais

11.1.1. Cumprir integralmente todas as disposições constantes do edital, deste Termo de Referência, seus anexos e do contrato administrativo.

11.1.2. Observar rigorosamente a legislação aplicável, incluindo normas federais, estaduais e municipais, bem como normas técnicas da ABNT, inclusive por eventuais subcontratadas.

11.1.3. Não promover alterações nos projetos, especificações ou métodos executivos sem prévia e expressa autorização da Administração.

11.1.4. Aceitar acréscimos ou supressões contratuais nos limites previstos no art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

11.2. Execução técnica e gerenciamento da obra

11.2.1. Executar os serviços em conformidade com o Projeto Executivo, memoriais descritivos, especificações técnicas e cronograma físico-financeiro.

11.2.2. Fornecer todos os materiais, equipamentos, mão de obra e insumos necessários à perfeita execução da obra.

11.2.3. Manter responsável técnico legalmente habilitado, com registro no CREA/BA e experiência compatível com o objeto.

11.2.4. Garantir a compatibilidade e integração entre todas as etapas da obra, assegurando o pleno funcionamento do sistema de drenagem implantado.

11.2.5. Realizar o controle tecnológico dos serviços executados, incluindo, quando aplicável:

- ensaios de compactação de solo;
- controle de qualidade do concreto;
- verificação de assentamento de aduelas e tubulações;
- testes de estanqueidade e funcionamento hidráulico.

11.2.6. Apresentar relatórios periódicos de execução e manter comunicação permanente com a fiscalização.

11.2.7. Cumprir rigorosamente o cronograma aprovado, adotando medidas necessárias à recuperação de eventuais atrasos.

11.2.8. Apresentar Plano de Mobilização de Meios (pessoal, equipamentos e logística) previamente ao início da obra.

11.3. Fiscalização, segurança e meio ambiente

11.3.1. Identificar e gerenciar interferências com redes existentes (água, esgoto, energia, telecomunicações), adotando as medidas necessárias à sua preservação ou remanejamento.

11.3.2. Garantir a segurança do canteiro e das áreas adjacentes, com uso obrigatório de EPIs e sinalização adequada.

11.3.3. Implantar sinalização viária temporária conforme o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), especialmente em vias com fluxo de veículos.

11.3.4. Adotar medidas de controle de águas superficiais durante a execução, evitando alagamentos, erosões e carreamento de materiais.

11.3.5. Cumprir as normas ambientais, incluindo a destinação adequada dos resíduos conforme a Resolução CONAMA nº 469/2015.

11.3.6. Apresentar comprovantes de destinação final de resíduos, sempre que solicitado.

11.3.7. Recuperar integralmente as áreas afetadas pelas intervenções, incluindo pavimentação, calçadas e elementos urbanos.

11.4. Responsabilidades trabalhistas e previdenciárias

11.4.1. Cumprir integralmente as obrigações trabalhistas, previdenciárias e de segurança do trabalho.

11.4.2. Manter regularidade fiscal e trabalhista durante toda a execução contratual.

11.4.3. Apresentar, quando solicitado, documentação comprobatória de regularidade dos encargos.

11.4.4. A inadimplência da contratada não transfere responsabilidade à Administração Pública.

11.5. Subcontratação

11.5.1. A subcontratação parcial somente será admitida mediante autorização formal da Administração.

11.5.2. A contratada permanecerá integralmente responsável pela execução, qualidade e prazos dos serviços subcontratados.

11.6. Comunicação, controle e publicidade

11.6.1. Comunicar previamente o início e conclusão das etapas de execução.

11.6.2. Submeter materiais e soluções à aprovação da fiscalização, quando exigido.

11.6.3. Manter estrutura de apoio à fiscalização no canteiro de obras.

11.6.4. Instalar placa de obra conforme padrões do Governo Federal e da Caixa Econômica Federal.

11.6.5. Não realizar publicidade sem autorização da Administração.

11.7. Responsabilidades por danos e riscos

11.7.1. Responder por danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes da execução dos serviços.

11.7.2. Assumir integral responsabilidade por atos de seus empregados e subcontratados.

11.7.3. Garantir a qualidade, estabilidade, durabilidade e desempenho hidráulico do sistema de drenagem executado.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista/BA, por meio da SEINFRA/PMVC, responsável pela execução do contrato referente à execução das obras de drenagem urbana no Bairro Jurema, no Município de Vitória da Conquista/BA, deverá cumprir as seguintes obrigações:

12.1. Atos administrativos e financeiros

12.1.1. Elaborar o contrato administrativo e convocar o adjudicatário para assinatura dentro do prazo legal.

12.1.2. Providenciar o empenho da despesa, assegurando a disponibilidade orçamentária necessária à execução do objeto.

12.1.3. Emitir a Ordem de Início dos Serviços, após o atendimento das condições contratuais e legais.

12.1.4. Promover a conferência, liquidação e pagamento das medições apresentadas pela contratada, desde que devidamente atestadas pela fiscalização.

12.1.5. Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estabelecidos no contrato, observando a execução física dos serviços e a disponibilidade financeira vinculada às fontes de recursos, incluindo aquelas provenientes do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

12.2. Comunicação e apoio técnico

12.2.1. Comunicar formalmente à contratada quaisquer ocorrências relacionadas à execução do contrato.

12.2.2. Disponibilizar, sempre que possível, as informações técnicas necessárias à execução dos serviços.

12.2.3. Prestar esclarecimentos e orientações técnicas pertinentes ao objeto, quando solicitados pela contratada.

12.2.4. Proporcionar condições institucionais para a adequada execução da obra, respeitadas as competências e responsabilidades da contratada.

12.3. Fiscalização e controle

12.3.1. Designar formalmente equipe de fiscalização, composta por profissionais habilitados, responsáveis pelo acompanhamento técnico, administrativo e financeiro da obra.

12.3.2. Acompanhar a execução dos serviços, verificando sua conformidade com o Projeto Executivo, especificações técnicas e cronograma físico-financeiro.

12.3.3. Analisar e atestar as medições apresentadas, verificando quantitativos, qualidade dos serviços executados e conformidade com os critérios estabelecidos no contrato.

12.3.4. Rejeitar, no todo ou em parte, serviços executados em desacordo com as especificações técnicas ou com as obrigações contratuais.

12.3.5. Determinar a correção de falhas ou irregularidades identificadas durante a execução da obra.

12.3.6. Para fins de fiscalização, a Administração poderá:

- a) Determinar a substituição de empregados da contratada cuja atuação prejudique o andamento da obra ou a fiscalização;
- b) Solicitar comprovação de vínculo e regularidade dos trabalhadores envolvidos na execução;
- c) Exigir a apresentação de relatórios, ensaios e documentos técnicos relacionados à execução dos serviços;
- d) Cumprir e fazer cumprir todas as disposições previstas no edital, neste Termo de Referência e no contrato.

12.3.7. Registrar as ocorrências relevantes da obra em instrumentos próprios de controle, tais como diário de obra e relatórios de fiscalização.

13. GARANTIA CONTRATUAL

A garantia contratual deverá observar o disposto na Lei nº 14.133/2021, especialmente em seus arts. 96 a 102, e as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

13.1. Apresentação da garantia

13.1.1. A Contratada deverá apresentar garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da Administração.

13.1.2. A garantia poderá ser prestada em uma das seguintes modalidades:

- caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;
- seguro-garantia;
- fiança bancária.

13.2. Finalidade da garantia

A garantia prestada assegurará o cumprimento integral das obrigações contratuais, abrangendo:

13.2.1. Prejuízos decorrentes do inadimplemento total ou parcial do contrato;

13.2.2. Danos causados à Administração ou a terceiros durante a execução da obra;

13.2.3. Multas aplicadas à Contratada;

13.2.4. Obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias não adimplidas.

13.3. Manutenção e prorrogação da garantia

13.3.1. A garantia deverá permanecer válida durante toda a vigência do contrato, incluindo eventuais prorrogações.

13.3.2. No caso de seguro-garantia ou fiança bancária, a Contratada deverá providenciar sua renovação ou substituição antes do vencimento, independentemente de notificação.

13.3.3. A garantia em dinheiro deverá ser depositada em conta específica, conforme orientações da Administração.

13.4. Penalidades por atraso na apresentação

13.4.1. O atraso na apresentação da garantia sujeitará a Contratada à multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, limitada a 2% (dois por cento).

13.4.2. Persistindo o atraso por período superior a 25 (vinte e cinco) dias, poderá ser caracterizado descumprimento contratual, ensejando a adoção das medidas cabíveis, inclusive a extinção do contrato.

13.5. Extinção da garantia

A garantia será considerada extinta:

13.5.1. Com a comprovação do cumprimento integral das obrigações contratuais, mediante termo circunstanciado emitido pela Administração;

13.5.2. Após o decurso de até 03 (três) meses do término da vigência contratual, desde que inexistam pendências;

13.5.3. Após a solução de eventuais ocorrências que justifiquem sua retenção.

13.6. Hipóteses de não execução da garantia

A garantia não será executada quando o inadimplemento decorrer exclusivamente de:

- a) caso fortuito ou força maior devidamente comprovados;
- b) atos imputáveis exclusivamente à Administração;
- c) alterações contratuais realizadas sem anuência da garantidora, quando exigível;
- d) atos ilícitos praticados por agentes da Administração.

13.7. Condição para liberação da garantia

13.7.1. A liberação da garantia estará condicionada à comprovação do cumprimento integral das obrigações contratuais, inclusive quanto às obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias.

13.7.2. Caso sejam identificadas pendências relacionadas a encargos trabalhistas decorrentes da execução do contrato, a Administração poderá utilizar a garantia para sua quitação, nos termos da legislação vigente.

14. FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO

A fiscalização da execução do contrato referente às obras de drenagem urbana no Bairro Jurema, no Município de Vitória da Conquista/BA, observará as disposições da Lei nº 14.133/2021 e as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

14.1. Designação da fiscalização

14.1.1. A Administração designará, por meio de Portaria, servidor ou equipe técnica responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução contratual.

14.1.2. A designação deverá indicar as atribuições e responsabilidades dos fiscais, bem como sua atuação nos aspectos técnicos, administrativos e financeiros do contrato.

14.2. Responsabilidades dos fiscais

14.2.1. A fiscalização será exercida por equipe técnica, podendo ser composta por:

- Fiscal técnico, responsável pelo acompanhamento da execução física dos serviços, incluindo inspeções, medições, vistorias, ensaios e verificação da conformidade com o Projeto Executivo;
- Fiscal administrativo, responsável pelo acompanhamento documental, verificação da regularidade fiscal, trabalhista e contratual, bem como análise das medições e pagamentos.

14.2.2. Compete à fiscalização:

- a) acompanhar a execução dos serviços, verificando sua conformidade com os projetos, especificações técnicas e cronograma físico-financeiro;
- b) conferir quantitativos executados para fins de medição e pagamento;
- c) avaliar a qualidade dos serviços executados, inclusive por meio de controle tecnológico;
- d) verificar a correta implantação das estruturas de drenagem, incluindo cotas, alinhamentos, níveis e condições de escoamento;
- e) registrar e comunicar irregularidades, determinando as correções necessárias;
- f) atestar as medições para fins de pagamento, nos termos do contrato.

14.3. Limites da fiscalização

14.3.1. A fiscalização exercida pela Administração não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada pela execução do objeto.

14.3.2. A atuação dos fiscais não implica corresponsabilidade da Administração por eventuais falhas da execução, nos termos da legislação vigente.

14.4. Registro de ocorrências

14.4.1. Todas as ocorrências relevantes da obra deverão ser registradas em instrumentos próprios, tais como:

- diário de obra;
- relatórios de fiscalização;
- registros fotográficos;
- relatórios técnicos específicos, quando necessário.

14.4.2. Os registros deverão conter, no mínimo:

- data da ocorrência;
- identificação dos envolvidos;
- descrição detalhada da situação verificada;
- providências determinadas e prazos para correção.

14.4.3. As ocorrências relevantes deverão ser comunicadas à autoridade competente para adoção das medidas cabíveis.

15. DA MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS

15.1. A medição dos serviços será realizada mensalmente, com base nos quantitativos efetivamente executados, em conformidade com o cronograma físico-financeiro e com a planilha orçamentária contratual.

15.2. As medições deverão ser elaboradas pela Contratada e submetidas à Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana – SEINFRA até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao período de execução.

15.3. Para fins de medição, serão considerados exclusivamente os serviços efetivamente executados, devidamente verificados e atestados pela fiscalização, observando-se:

- conformidade com o Projeto Executivo e especificações técnicas;
- atendimento aos padrões de qualidade dos materiais e serviços;
- compatibilidade com os quantitativos previstos na planilha orçamentária.

15.4. A medição deverá ser apresentada de forma detalhada, contendo, no mínimo:

- memória de cálculo dos quantitativos executados;
- boletim de medição por item da planilha contratual;
- registros fotográficos dos serviços executados;
- relatórios de execução;
- resultados de ensaios e controle tecnológico, quando aplicável.

15.5. Considerando que o empreendimento está vinculado às Propostas nº 969297 (Etapa 1) e nº 969298 (Etapa 2), no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, as medições deverão ser apresentadas de forma segregada por etapa, conforme vinculação dos serviços executados.

15.6. A fiscalização terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis para análise, conferência e eventual solicitação de ajustes nas medições apresentadas.

15.7. Caso sejam identificadas inconsistências, a medição será devolvida à Contratada para as correções necessárias, mediante justificativa formal, sendo o prazo reiniciado após a reapresentação.

15.8. A aprovação da medição dependerá da verificação integral dos serviços executados, não sendo admitida aprovação tácita.

15.9. A continuidade da execução dos serviços não será interrompida em razão de eventual devolução da medição.

15.10. Após a aprovação da medição, a Contratada deverá emitir a respectiva nota fiscal/fatura, acompanhada da documentação exigida, incluindo comprovação de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária.

15.11. A liquidação da despesa observará o disposto no art. 141 da Lei nº 14.133/2021, sendo o pagamento efetuado no prazo contratual, contado a partir da aprovação da medição e da apresentação da documentação completa.

16. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

16.1. O pagamento será realizado com base nas medições mensais dos serviços, conforme disposto no item 15 deste Termo de Referência, mediante apresentação da respectiva nota fiscal/fatura, devidamente atestada pela fiscalização.

16.2. Somente serão pagos os serviços efetivamente executados, medidos e aprovados pela fiscalização, em conformidade com o Projeto Executivo, especificações técnicas e planilha orçamentária contratual.

16.3. Considerando que o empreendimento está vinculado às Propostas nº 969297 (Etapa 1) e nº 969298 (Etapa 2), no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, os pagamentos deverão observar a segregação das medições por etapa e a vinculação às respectivas fontes de recursos.

16.4. O pagamento estará condicionado à apresentação, pela Contratada, dos seguintes documentos:

- nota fiscal/fatura devidamente atestada;
- comprovação de regularidade fiscal e trabalhista;
- comprovação de recolhimento dos encargos sociais (FGTS e INSS), quando aplicável;
- demais documentos exigidos pela fiscalização ou previstos em contrato.

16.5. A Administração poderá realizar consulta a sistemas oficiais de controle, tais como SICAF ou equivalentes, como forma complementar de verificação da regularidade da contratada.

16.6. A liquidação da despesa observará o disposto no art. 141 da Lei nº 14.133/2021, sendo o pagamento efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da aprovação da medição e da apresentação completa da documentação exigida.

16.7. Caso sejam constatadas irregularidades na documentação apresentada ou na execução dos serviços, o pagamento ficará suspenso até a sua regularização, sem prejuízo da continuidade da execução contratual.

16.8. É facultado à Administração rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as especificações técnicas ou com as condições contratuais, não sendo devido pagamento até a devida correção.

17. CONDIÇÕES DE REAJUSTE

17.1. Os preços inicialmente contratados serão fixos e irredutíveis pelo prazo mínimo de 1 (um) ano, contado da data-base do orçamento estimado pela Administração, correspondente à data de referência das tabelas de custos utilizadas na elaboração da planilha orçamentária.

17.2. O orçamento estimado foi elaborado com base nas seguintes referências:

- Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI (referência 01/2026, não desonerado);
- Orçamento de Obras de Sergipe – ORSE (referência 12/2025, não desonerado).

- Sistema de Custos Referenciais de Obras - SICRO (referência 10/2025, não desonerado).

17.3. Após o interregno mínimo de 1 (um) ano, os preços poderão ser reajustados mediante aplicação do Índice Nacional de Custo da Construção – INCC, divulgado pela Fundação Getulio Vargas (FGV), incidindo sobre o saldo contratual remanescente.

17.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste concedido.

17.5. Caso o índice de reajuste não esteja disponível na data de cálculo, será utilizado o último índice divulgado, promovendo-se a compensação das diferenças quando da publicação do índice definitivo.

17.6. A Contratada deverá apresentar memória de cálculo detalhada para fins de aplicação do reajuste, demonstrando a incidência do índice sobre o saldo contratual remanescente.

17.7. Nas aferições finais, será obrigatoriamente utilizado o índice definitivo divulgado.

17.8. Na hipótese de extinção ou substituição do índice estabelecido, será adotado o índice oficial que vier a substituí-lo.

17.9. Na ausência de índice substituto, as partes poderão acordar a adoção de novo índice oficial, mediante formalização por apostilamento ou termo aditivo, conforme o caso.

17.10. O reajuste será formalizado por apostilamento, nos termos da legislação vigente, não configurando alteração contratual.

18. DA POSSIBILIDADE DE SUBCONTRATAÇÃO

18.1. Será admitida a subcontratação parcial do objeto, limitada a 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, desde que previamente autorizada pela Administração, nos termos do art. 122 da Lei nº 14.133/2021.

18.2. A subcontratação dependerá de autorização formal da Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana – SEINFRA, que avaliará a capacidade técnica da subcontratada para execução da parcela pretendida.

18.3. Para fins de análise, a Contratada deverá apresentar:

- documentação comprobatória da qualificação técnica da subcontratada;
- certidões de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária;
- comprovação de atendimento aos requisitos de habilitação compatíveis com os serviços a serem executados.

18.4. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica que possua vínculo com agentes públicos envolvidos na licitação, fiscalização ou gestão do contrato, conforme disposto na legislação vigente.

18.5. É proibida a subcontratação de empresa ou consórcio que tenha participado do processo licitatório ou da elaboração dos projetos que integram este Termo de Referência.

18.6. A Contratada permanecerá integralmente responsável pela execução do objeto, devendo supervisionar, coordenar e responder pela qualidade, prazos e conformidade dos serviços executados por subcontratadas.

18.7. A Contratada deverá acompanhar o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais pelas subcontratadas, apresentando documentação comprobatória sempre que solicitado pela fiscalização.

18.8. Não haverá qualquer vínculo jurídico entre a Administração e as subcontratadas, permanecendo a Contratada como única responsável perante o Contratante.

18.9. As subcontratadas deverão atender, no que couber, aos mesmos requisitos técnicos exigidos da Contratada, proporcionalmente à parcela subcontratada.

18.10. Serviços não passíveis de subcontratação

Não será admitida a subcontratação das parcelas essenciais do objeto, especialmente aquelas relacionadas à execução do núcleo técnico da obra de drenagem, tais como:

- implantação de galerias celulares em aduelas de concreto armado;
- execução da rede principal de drenagem pluvial (tubulações estruturantes);
- execução de estruturas de lançamento e dispositivos hidráulicos principais;
- coordenação geral da obra, incluindo planejamento, gestão de equipes e controle de qualidade.

19. CONDIÇÕES PARA RECEBIMENTO PROVISÓRIO OU DEFINITIVO DOS SERVIÇOS

19.1. O recebimento provisório da obra será realizado após a conclusão dos serviços contratados, mediante vistoria técnica pela fiscalização, com verificação da conformidade da execução com o Projeto Executivo, especificações técnicas e demais documentos contratuais.

19.2. Constatada a regularidade da obra, será lavrado o Termo de Recebimento Provisório, nos termos do art. 140, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

19.3. Caso sejam identificadas pendências, falhas ou serviços em desconformidade, estas deverão ser registradas no Termo de Recebimento Provisório, sendo estabelecido prazo para sua correção pela Contratada.

19.4. O recebimento definitivo será realizado por servidor ou comissão designada pela Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana – SEINFRA, após o prazo mínimo de 90 (noventa) dias contados do recebimento provisório, mediante nova vistoria técnica.

19.5. Para fins de recebimento definitivo, deverão ser verificados:

- a correção integral das pendências apontadas no recebimento provisório;
- a qualidade dos serviços executados;
- a conformidade com as especificações técnicas e normas aplicáveis;
- o pleno funcionamento do sistema de drenagem implantado.

19.6. Estando a obra em conformidade, será emitido o Termo de Recebimento Definitivo, nos termos da legislação vigente.

19.7. Durante o período entre o recebimento provisório e o definitivo, a Contratada permanecerá responsável pela manutenção da obra, devendo corrigir quaisquer defeitos ou falhas decorrentes da execução.

19.8. A não correção das pendências dentro do prazo estabelecido poderá ensejar a aplicação das penalidades previstas no contrato, sem prejuízo da execução da garantia contratual.

20. SANÇÕES

20.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela Contratada sujeitará à aplicação das sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021, observada a gravidade da infração, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

20.2. Das sanções aplicáveis

Poderão ser aplicadas à Contratada as seguintes sanções:

I. Advertência, quando caracterizada infração de menor gravidade;

II. Multa, nos seguintes termos:

- a) multa de mora de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) ao dia, incidente sobre o valor do contrato, limitada a 30 (trinta) dias de atraso;
- b) multa compensatória de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, em caso de inexecução total;
- c) multa compensatória de até 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato, em caso de inexecução parcial, limitada a 10% (dez por cento);

III. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 3 (três) anos, nos termos da Lei nº 14.133/2021;

IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, conforme previsto em lei.

20.3. Hipóteses específicas de aplicação

20.3.1. O atraso injustificado na execução dos serviços poderá ensejar a aplicação de multa de mora, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

20.3.2. A inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar a aplicação de multa compensatória, cumulativamente com outras penalidades.

20.3.3. A subcontratação irregular, cessão ou transferência do contrato sem autorização da Administração poderá ensejar a aplicação de sanções, inclusive impedimento de licitar e contratar.

20.3.4. As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas, especialmente, quando a Contratada:

I. praticar fraude fiscal;

II. frustrar os objetivos da licitação;

III. demonstrar inidoneidade para contratar com a Administração;

IV. agir com dolo, má-fé ou fraude na execução do contrato.

20.4. Aplicação das penalidades

20.4.1. As penalidades poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, conforme a gravidade da infração.

20.4.2. Nenhuma penalidade será aplicada sem a prévia instauração de processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

20.4.3. A aplicação das sanções não exclui a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração.

21. DAS DISPOSIÇÕES

21.1. O presente Termo de Referência integra o instrumento convocatório e o contrato dele decorrente, prevalecendo suas disposições, no que couber, para a execução do objeto, sem prejuízo das cláusulas contratuais que venham a detalhar ou complementar as condições aqui estabelecidas.

21.2. Fica designado o servidor Isaac Nathan de Souza Tomaz Ferreira, Matrícula nº 30552-0, como responsável técnico para prestar esclarecimentos e dirimir dúvidas de natureza técnica durante o procedimento licitatório, por meio dos canais institucionais da Administração.

21.3. Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Declaração de Vistoria do Local da Obra;

ANEXO II – Declaração de Responsabilidade e Renúncia à Vistoria Técnica;

ANEXO III – Declaração de Disponibilidade de Pessoal Técnico;

ANEXO IV – Matriz de Riscos;

ANEXO V – Estudo Técnico Preliminar – ETP;

ANEXO VI – Planilha Orçamentária Detalhada;

ANEXO VII – CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE;

Vitória da Conquista, 18 de março de 2026

Isaac Nathan de Souza Tomaz Ferreira
Engenheiro Civil – CREA/BA 051897874-5
Matrícula 30552-0

Aprovo integralmente o presente Termo de Referência, uma vez que ele atende a todas as necessidades e requisitos da pretensa contratação de forma clara e objetiva.

Jackson Apolinário Yoshiura
Secretário Municipal de Infraestrutura Urbana
Mat.: 24553-3

ANEXO I do TR – Declaração de Vistoria do Local da Obra;

"Atestamos, para o fim de participar no presente certame, que a empresa _____ visitou e tomou conhecimento das condições do local onde serão executadas as obras, tomando ciência de todos os aspectos que possam influir direta ou indiretamente na execução das obras objeto da licitação epigrafada.
Nome do Funcionário/representante da licitante que efetuou a visita:
RG nº _____,"

ANEXO II do TR – Declaração de Responsabilidade e de Renúncia à Vistoria Técnica

"A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal, Sr.(a) _____, portador(a) do RG nº _____ e CPF nº _____, DECLARA, para os devidos fins, que opta por não realizar a vistoria técnica no local de execução dos serviços.

Declaro, ainda, que possuo pleno conhecimento das condições locais, características da obra, acesso, logística, interferências e demais aspectos que possam influenciar direta ou indiretamente na execução do objeto, assumindo integral responsabilidade por sua decisão e pelas consequências decorrentes da não realização da vistoria.

A empresa reconhece que não poderá alegar, em momento posterior, desconhecimento das condições do local para fins de pleitear aditivos contratuais, reequilíbrio econômico-financeiro ou qualquer tipo de compensação decorrente de sua opção pela não realização da vistoria técnica.

Por ser expressão da verdade, firma a presente declaração para que produza os efeitos legais."

ANEXO III do TR – Declaração formal de disponibilidade de pessoal técnico

"A _____ (nome da empresa), inscrita no CNPJ n.º _____, por intermédio de seu representante legal que esta subscreve, o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e do C.P.F. n.º _____, DECLARA, sob as penas da Lei, que por ocasião da contratação, disporá das instalações, dos veículos, dos equipamentos e do pessoal adequado e suficiente para a realização do objeto da licitação."

ANEXO IV do TR – Matriz de Risco

1. OBJETIVO

A presente Matriz de Riscos tem por finalidade identificar, avaliar e alocar os principais riscos associados à execução das obras de drenagem urbana no Bairro Jurema, no Município de Vitória da Conquista/BA, estabelecendo diretrizes para sua mitigação e adequada gestão, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 23.181/2024.

2. DIRETRIZES GERAIS

- Os riscos foram alocados conforme a capacidade de cada parte em gerenciá-los;
- A Contratada assume os riscos ordinários da execução;
- A Administração assume riscos extraordinários e externos ao controle da contratada;
- A alocação não exclui a aplicação do reequilíbrio econômico-financeiro quando cabível.

3. MATRIZ DE RISCOS

Nº	Risco	Descrição	Probabilidade	Impacto	Alocação	Medidas Mitigadoras
----	-------	-----------	---------------	---------	----------	---------------------

1	Interferências não identificadas	Redes existentes (água, esgoto, energia) não mapeadas	Média	Alto	Administração	Disponibilizar projetos existentes e apoiar remanejamentos
2	Condições do solo divergentes	Solo diferente do previsto em projeto	Média	Alto	Compartilhado	Sondagens prévias e ajustes via aditivo
3	Chuvas intensas	Interrupção ou atraso da obra	Alta	Médio	Contratada	Planejamento executivo e drenagem provisória
4	Erro de quantitativos	Divergência entre projeto e execução	Baixa	Alto	Administração	Projeto executivo detalhado e conferência prévia
5	Atraso na mobilização	Demora no início da obra	Média	Médio	Contratada	Planejamento e cronograma detalhado
6	Aumento de custos de insumos	Variação de preços (cimento, aço, etc.)	Média	Médio	Compartilhado	Reajuste contratual conforme índice
7	Problemas logísticos	Acesso difícil ou interferência urbana	Média	Médio	Contratada	Planejamento de logística e sinalização
8	Não conformidade técnica	Execução fora das especificações	Baixa	Alto	Contratada	Fiscalização rigorosa e controle tecnológico

9	Falhas de drenagem provisória	Alagamentos durante a obra	Média	Médio	Contratada	Execução de sistemas provisórios
10	Atraso no pagamento	Demora na liberação de recursos	Baixa	Alto	Administração	Planejamento financeiro e fluxo de pagamento
11	Acidentes de trabalho	Ocorrências com trabalhadores	Baixa	Alto	Contratada	Cumprimento de normas de segurança (NRs)
12	Impactos ambientais	Danos ao meio ambiente	Baixa	Médio	Contratada	Gestão de resíduos e controle ambiental
13	Falha de projeto	Inconsistências técnicas	Baixa	Alto	Administração	Revisão e compatibilização prévia
14	Descontinuidade da obra	Paralisação por problemas diversos	Baixa	Alto	Compartilhado	Gestão contratual e planejamento
15	Baixa produtividade	Execução abaixo do previsto	Média	Médio	Contratada	Controle de produção e equipe adequada

4. ALOCAÇÃO DOS RISCOS

4.1. Administração

Responsável por riscos relacionados a:

- Projeto e quantitativos;
- Licenciamento e autorizações;
- Pagamentos;
- Informações técnicas disponíveis.

4.2. Contratada

Responsável por:

- Execução dos serviços;
- Métodos construtivos;
- Mobilização e logística;
- Segurança do trabalho;
- Qualidade da execução.

4.3. Compartilhados

- Condições geotécnicas imprevisíveis;
- Eventos climáticos relevantes;
- Variação significativa de custos.

5. DISPOSIÇÕES FINAIS

A presente Matriz de Riscos integra o Termo de Referência e o contrato dele decorrente, servindo como instrumento de gestão e prevenção de conflitos, não afastando a aplicação do reequilíbrio econômico-financeiro quando cabível, nos termos da legislação vigente.

ANEXO V do TR – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

Objeto: Execução de obras de drenagem urbana no Bairro Jurema – Avenidas Caracas e Juracy Magalhães – Vitória da Conquista/BA

1. Introdução e Objeto do Estudo

O presente Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo analisar a viabilidade técnica, operacional e econômica para a contratação de empresa especializada visando à execução das obras de drenagem urbana no Bairro Jurema, no Município de Vitória da Conquista/BA, contemplando intervenções estruturantes nas Avenidas Caracas e Juracy Magalhães.

A intervenção integra ações de macrodrenagem urbana e está vinculada ao Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, por meio das Propostas nº 969297 (Etapa 1) e nº 969298 (Etapa 2), com o objetivo de ampliar a capacidade de escoamento das águas pluviais, reduzir pontos de alagamento e promover maior segurança hidráulica à área de intervenção.

2. Necessidade da Contratação

A contratação decorre da necessidade de solução dos recorrentes problemas de alagamento e insuficiência do sistema de drenagem existente no Bairro Jurema, especialmente nas Avenidas Caracas e Juracy Magalhães, decorrentes do aumento da impermeabilização do solo urbano e da insuficiência da infraestrutura atualmente implantada.

Os eventos de precipitação intensa têm provocado extravasamentos do canal existente, alagamentos de vias públicas, prejuízos à mobilidade urbana, danos a imóveis e riscos à saúde pública, evidenciando a necessidade de intervenção estrutural no sistema de drenagem.

Diante desse cenário, a execução das obras mostra-se imprescindível para garantir o adequado escoamento das águas pluviais, reduzir riscos de inundações e melhorar as condições urbanísticas da região.

3. Resultados Pretendidos

A intervenção pretende proporcionar melhoria significativa no sistema de drenagem urbana, assegurando maior eficiência hidráulica e mitigando os impactos decorrentes de eventos pluviométricos intensos.

Como resultados esperados, destacam-se a redução de pontos críticos de alagamento, aumento da capacidade de escoamento das águas pluviais, melhoria das condições de trafegabilidade das vias, redução de danos a imóveis e infraestrutura urbana, além da promoção de melhores condições sanitárias e ambientais para a população.

4. Solução Escolhida e Justificativa

A solução adotada consiste na ampliação e reestruturação do sistema de drenagem por meio da implantação de galerias celulares em aduelas de concreto armado com seção de 3,00 m x 3,00 m no canal da Avenida Caracas, bem como da implantação de rede de drenagem em tubulação de PEAD ao longo da Avenida Juracy Magalhães, associada a dispositivos de captação e condução de águas pluviais.

Trata-se de solução técnica convencional, amplamente utilizada em obras de drenagem urbana de grande porte, que apresenta elevada capacidade hidráulica, durabilidade, resistência estrutural e compatibilidade com as condições locais.

A contratação será realizada por meio de empreitada por preço global, em razão da natureza integrada do sistema, e por Concorrência Eletrônica, garantindo ampla competitividade e seleção da proposta mais vantajosa, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

5. Alternativas Avaliadas

Foram analisadas alternativas técnicas e operacionais para atendimento da demanda, sendo descartadas aquelas que não se mostraram viáveis.

A execução direta pela Administração foi considerada inviável, em razão da inexistência de estrutura operacional, equipamentos e equipe técnica suficientes para a execução de obra de tal porte.

O parcelamento do objeto foi descartado, tendo em vista que o sistema de drenagem constitui solução única e integrada, cuja divisão comprometeria a eficiência hidráulica, a compatibilidade entre as estruturas e a adequada funcionalidade do sistema.

A contratação semi-integrada também foi afastada, uma vez que o empreendimento dispõe de Projeto Executivo completo, com definição clara dos quantitativos e especificações.

Dessa forma, a contratação única por empreitada por preço global se apresenta como a solução mais adequada sob os aspectos técnico, econômico e operacional.

6. Estimativa do Valor da Contratação

A estimativa de custos foi elaborada com base nas composições do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI (referência 01/2026, não desonerado), complementadas, quando necessário, por referências do ORSE e do SICRO.

O valor global estimado da contratação é de:

R\$ 9.180.579,05 (nove milhões, cento e oitenta mil, quinhentos e setenta e nove reais e cinco centavos).

A planilha orçamentária detalhada integra o processo como ANEXO VI do Termo de Referência.

7. Classificação do Objeto

O objeto enquadra-se como obra comum de engenharia, nos termos do art. 6º, inciso XXI, alínea “a”, da Lei nº 14.133/2021, por envolver a aplicação de técnicas construtivas padronizadas, amplamente difundidas no mercado, com utilização de materiais, equipamentos e metodologias consolidadas, não demandando soluções inovadoras ou de natureza especial.

8. Avaliação de Riscos

A execução da obra está sujeita a riscos de natureza climática, geotécnica, operacional e contratual, tais como ocorrência de chuvas intensas, variações nas condições do solo, interferências com redes existentes, atrasos na mobilização e eventuais variações de insumos.

Tais riscos foram devidamente mapeados e tratados na Matriz de Riscos constante do ANEXO IV do Termo de Referência, com a adequada definição de responsabilidades entre a Administração e a contratada, bem como a previsão de medidas mitigadoras e mecanismos de gestão contratual.

9. Impacto Ambiental e Urbanístico

As intervenções propostas possuem caráter predominantemente estrutural e visam à melhoria das condições ambientais urbanas, especialmente no que se refere ao controle de alagamentos e à redução de processos erosivos.

A execução da obra deverá observar as normas aplicáveis à gestão de resíduos da construção civil, em especial a Resolução CONAMA 469/2015, bem como adotar medidas de controle de impactos temporários, tais como poeira, ruído e interferências no tráfego urbano.

Ao final da execução, deverão ser promovidas a recomposição das áreas afetadas e a adequada integração das estruturas implantadas ao ambiente urbano.


10. Conclusão e Recomendação

A análise técnica, operacional e econômica demonstra que a execução das obras de drenagem urbana no Bairro Jurema é plenamente viável e necessária, constituindo medida essencial para a mitigação de alagamentos e melhoria das condições urbanísticas da área.

Diante do exposto, recomenda-se a continuidade do processo de contratação por meio de Concorrência Eletrônica, sob o regime de empreitada por preço global, com base no Projeto Executivo, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico-Financeiro e demais documentos técnicos que integram o presente processo, bem como a vinculação da Matriz de Riscos ao contrato, conforme previsto na legislação vigente.

ANEXO VI do TR – Planilha Orçamentária Detalhada

Secretaria Municipal de Gestão e Inovação
Central Estratégica de Compras Públicas
Departamento de Licitações
www.pmvc.ba.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA URBANA Coordenação de Planejamento www.pmvc.ba.gov.br											
OBRA: EXECUÇÃO CANAL DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS DO BARRIO JUREMA - ETAPA 1 - PROPOSTA 969297 LOCAL: AV. JURACY MAGALHÃES E AVENIDA CARACAS CIDADE: VITÓRIA DA CONQUISTA						DATA: 03/03/2026 BDI: 24,03% SINAPI (NÃO DESONERADO): 01/01/2028 ORSE/SE (NÃO DESONERADO): 01/12/2025 SICRO 3 (NÃO DESONERADO): 01/10/2025					
ESTADO: BAHIA											
PLANILHA DE ESTIMATIVA ORÇAMENTÁRIA											
ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID.	QUANT.	Unitário S/ BDI R\$	Unitário C/ BDI R\$	Total R\$	FONTE	CÓDIGO			
1.0	ADMINISTRAÇÃO DE OBRAS										
1.1	Administração De Obras - Etapa 1	un	1,00	R\$ 176.501,75	218.915,10	R\$ 218.915,10	COMPOSIÇÃO PRÓPRIA	CPU-016			
SUBTOTAL						R\$ 218.915,10					
2.0	CANTEIRO DE OBRAS E APOIO										
2.1	Barracão para Obras de Médio Porte Reaproveitamento 2 vezes	m²	80,00	R\$ 253,59	314,53	R\$ 25.162,40	ORSE	5088			
2.2	Placa de obra em chapa aço galvanizado, instalada - Rev 02_01/2022	m²	6,40	R\$ 384,38	476,75	R\$ 3.051,20	ORSE	51			
2.3	Instalação provisória de energia elétrica, aérea, trifásica, em poste galvanizado, exclusive fornecimento do medidor	un	1,00	R\$ 1.758,49	2.181,06	R\$ 2.181,06	ORSE	9416			
2.4	Sinalização noturna com tela tapume pvc, balde plástico fixação e lâmpada, com reaproveitamento	m	1.081,16	R\$ 3,45	4,28	R\$ 4.627,36	ORSE	5156			
2.5	Barracão para banheiro e vestiário de obra, s=35,10m², capacidade 20 operários com materiais novos	unid.	1,00	R\$ 19.109,99	23.702,12	R\$ 23.702,12	ORSE	10184			
SUBTOTAL						R\$ 58.724,14					
3.0	SERVIÇOS PRELIMINARES - DRENAGEM										
3.1	Demolição de guias, sarjetas ou sarjetões, de forma mecanizada, sem reaproveitamento	m	90,38	R\$ 17,51	21,72	R\$ 1.963,05	SINAPI	104796			
3.2	Demolição de concreto simples	m²	11,25	R\$ 446,46	553,74	R\$ 6.229,58	SICRO	1600436			
3.3	Demolição de pavimentação asfáltica, exclusive transporte do material retirado	m²	411,09	R\$ 42,74	53,01	R\$ 21.791,88	ORSE	9664			
3.4	Carga, Manobra E Descarga De Solos E Materiais Granulares Em Caminhão Basculante 10 M³ - Carga Com Escavadeira Hidráulica (Caçamba De 1,20 M³ / 155 Hp) E Descarga Livre (Unidade: M3). Af_ 07/2020	m³	512,72	R\$ 7,29	9,04	R\$ 4.634,99	SINAPI	100978			
3.5	Transporte Com Caminhão Basculante De 18 M³, Em Via Urbana Pavimentada, Adicional Para Dmt Excedente A 30 Km (Unidade: M3Xkm). Af_ 07/2020	m³xkm	5.998,82	R\$ 0,75	0,93	R\$ 5.578,90	SINAPI	95427			
SUBTOTAL						R\$ 40.198,40					
4.0	MOVIMENTO DE TERRA - DRENAGEM										
ESCAVAÇÃO											
4.1.1	Escavação mecanizada de valas, solo de qualquer natureza, exceto rocha	m³	5.355,00	R\$ 8,78	10,89	R\$ 58.315,95	SINAPI	90090			
PREPARAÇÃO											
4.2.1	Preparo De Fundo De Vala Com Largura Maior Ou Igual A 1,5 M E Menor Que 2,5 M (Acerto Do Solo Natural). Af_ 08/2020	m²	1.190,00	R\$ 4,13	5,12	R\$ 6.092,80	SINAPI	101617			
4.2.2	Escoramento de vala, tipo blindagem, com prof. De 1,5 a 3,0 m, largura maior ou igual a 1,5 m e menor que 2,5 m - execução, não inclui material. Af_ 08/2020	m²	2.142,00	R\$ 20,75	25,74	R\$ 55.135,08	SINAPI	101603			
ENVOLTÓRIA DE AREA											
4.3.1	Lastro e envoltória de areia média	m³	119,00	R\$ 140,61	174,40	R\$ 20.753,60	ORSE	6316			
4.3.2	Carga, Manobra E Descarga De Solos E Materiais Granulares Em Caminhão Basculante 10 M³ - Carga Com Escavadeira Hidráulica (Caçamba De 1,20 M³ / 155 Hp) E Descarga Livre (Unidade: M3). Af_ 07/2020	m³	119,00	R\$ 7,29	9,04	R\$ 1.075,76	SINAPI	100978			
4.3.3	Transporte Com Caminhão Basculante De 18 M³, Em Via Urbana Pavimentada, Adicional Para Dmt Excedente A 30 Km (Unidade: M3Xkm). Af_ 07/2020	m³xkm	1.814,27	R\$ 0,75	0,93	R\$ 1.687,27	SINAPI	95427			
REATERRO											
4.4.1	Reaterro mecanizado de vala com escavadeira hidráulica (capacidade da caçamba: 0,8 m³/potência: 111 hp), largura de 1,5 a 2,5 m, profundidade de 1,5 a 3,0 m, com solo (sem substituição) de 1ª categoria, com com compactador de solos de percussão. Af_ 08/2023	m³	3.094,00	R\$ 19,03	23,80	R\$ 73.018,40	SINAPI	93369			
4.4.2	Carga, Manobra E Descarga De Solos E Materiais Granulares Em Caminhão Basculante 10 M³ - Carga Com Escavadeira Hidráulica (Caçamba De 1,20 M³ / 155 Hp) E Descarga Livre (Unidade: M3). Af_ 07/2020	m³	3.094,00	R\$ 7,29	9,04	R\$ 27.969,76	SINAPI	100978			
4.4.3	Transporte Com Caminhão Basculante De 18 M³, Em Via Urbana Pavimentada, Adicional Para Dmt Excedente A 30 Km (Unidade: M3Xkm). Af_ 07/2020	m³xkm	4.764,76	R\$ 0,75	0,93	R\$ 4.431,23	SINAPI	95427			
BOTA-FORA											
4.5.1	Carga, Manobra E Descarga De Solos E Materiais Granulares Em Caminhão Basculante 10 M³ - Carga Com Escavadeira Hidráulica (Caçamba De 1,20 M³ / 155 Hp) E Descarga Livre (Unidade: M3). Af_ 07/2020	m³	2.261,00	R\$ 7,29	9,04	R\$ 20.439,44	SINAPI	100978			
4.5.2	Transporte com caminhão basculante de 14 m³, em via urbana pavimentada, dmt até 30 km (unidade: m³xkm). Af_ 07/2020	m³xkm	40.738,70	R\$ 0,75	0,93	R\$ 37.886,99	SINAPI	95876			
SUBTOTAL						R\$ 306.806,28					
5.0	DISPOSITIVOS DE MACRODRENAGEM										
5.1	Aduela/ Galeria Fechada Pre-Moldada De Concreto Armado, Seção Quadrangular Interna De 3,00 X 3,00 M (L X A), Missão De 20 X 20 Cm, C = 1,00 M, Espessura Min = 20 Cm, Tb-45 E Fck Do Concreto = 30 Mpa Fornecimento E Assentamento. Af_ 01/2023	M	238,00	R\$ 8.380,63	10.394,50	R\$ 2.473.891,00	SINAPI	104497			
SUBTOTAL						R\$ 2.473.891,00					
DISPOSITIVOS DE MICRODRENAGEM											
6.1	Execução de sarjeta em concreto, L=30cm	m	1.434,68	R\$ 39,11	48,51	R\$ 69.596,33	SINAPI	94287			
6.2	Fornecimento e assentamento de meio fio	m	346,12	R\$ 41,70	51,72	R\$ 17.901,33	SINAPI	94273			
SUBTOTAL						R\$ 87.497,66					
7.0	CAIXAS DE DRENAGEM										
7.1	Caixa De Drenagem - Tipo 1	un	1,00	R\$ 79.598,96	98.726,59	R\$ 98.726,59	COMPOSIÇÃO PRÓPRIA	CPU-019			
7.2	Caixa De Drenagem - Tipo 2	un	1,00	R\$ 44.779,37	55.539,85	R\$ 55.539,85	COMPOSIÇÃO PRÓPRIA	CPU-020			
7.3	Caixa De Drenagem - Tipo 3	un	1,00	R\$ 71.643,34	88.859,23	R\$ 88.859,23	COMPOSIÇÃO PRÓPRIA	CPU-021			
7.4	Caixa De Drenagem - Tipo 4	un	1,00	R\$ 51.799,88	64.247,39	R\$ 64.247,39	COMPOSIÇÃO PRÓPRIA	CPU-022			
SUBTOTAL						R\$ 307.373,06					
REQUALIFICAÇÃO DO CANAL ABERTO											
8.0	PONTA DE ALA E DISPOSITIVOS COMPLEMENTARES										
8.1	Ponta de ala em concreto armado	un	1,00	R\$ 50.562,42	62.712,57	R\$ 62.712,57	COMPOSIÇÃO PRÓPRIA	CPU-015			
8.2	DISIPADOR DE ENERGIA EM PEDRA DE MÃO OU RACHÃO	un	1,00	R\$ 67.220,79	83.373,95	R\$ 83.373,95	COMPOSIÇÃO PRÓPRIA	CPU-006			
SUBTOTAL						R\$ 146.086,52					

RECOMPOSIÇÃO ASFÁLTICA									
9.0	TERRAPLENAGEM - PAVIMENTAÇÃO								
9.1	Mobilização e desmobilização - terraplenagem e pavimentação	unid	1,00	R\$ 7.244,51	8.985,37	R\$ 8.985,37	COMPOSIÇÃO PRÓPRIA	CPU-003	
9.2	Regularização e compactação do subleito com escarificação	m²	5.778,97	R\$ 3,25	4,03	R\$ 23.289,25	SINAPI	100576	
9.3	Execução e compactação de base com solo estabilizado granulometricamente	m³	577,90	R\$ 10,09	12,51	R\$ 7.229,53	SINAPI	96388	
SUBTOTAL						R\$ 39.504,15			
10.0	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA								
10.1	Imprimação - execução com fornecimento de material	m²	5.778,97	R\$ 11,01	13,66	R\$ 78.940,73	ORSE	2592	
10.2	Pintura de ligação com emulsão asfáltica	m²	5.778,97	R\$ 1,59	1,97	R\$ 11.384,57	ORSE	2593	
10.3	Execução De Pavimento Com Aplicação De Concreto Asfáltico, Camada De Rolamento - Exclusive Carga E Transporte. Af. 11/2019	m³	288,95	R\$ 1.492,42	1.851,05	R\$ 534.860,90	SINAPI	95995	
10.4	Transporte de massa asfáltica	m³xkm	1.907,06	R\$ 1,64	2,03	R\$ 3.871,33	COMPOSIÇÃO PRÓPRIA	CPU-004	
10.5	Transporte de agregados DMT 16km	m³xkm	2.860,59	R\$ 1,28	1,59	R\$ 4.548,34	COMPOSIÇÃO PRÓPRIA	CPU-005	
SUBTOTAL						R\$ 633.605,87			
11.0	SINALIZAÇÃO VIÁRIA								
11.1	Placa de advertência em aço, lado de 0,60 m - película retrorrefletiva tipo I + SI - fornecimento e implantação	unid.	38,00	R\$ 292,80	362,91	R\$ 13.790,58	SICRO	5213464	
11.2	Fornecimento de suporte para placas de sinalização	unid.	38,00	R\$ 490,62	608,52	R\$ 23.123,76	SICRO	5213863	
11.3	Pintura de faixas com termoplástico "hot spray"	m²	329,80	R\$ 48,67	60,37	R\$ 19.910,03	SICRO	5213408	
11.4	Pintura de faixa de pedestre com termoplástico por extrusão na cor branca	m²	251,56	R\$ 102,29	126,87	R\$ 31.915,42	SICRO	5213409	
SUBTOTAL						R\$ 88.739,79			
12.0	PASSEIO								
12.1	Passeio em concreto simples c/ cimentado e=5cm	m²	15,00	R\$ 40,41	50,12	R\$ 751,80	ORSE	4889	
SUBTOTAL						R\$ 751,80			
TOTAL GERAL						R\$ 4.402.093,77			

Secretaria Municipal de Gestão e Inovação
Central Estratégica de Compras Públicas
Departamento de Licitações

www.pmvc.ba.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA URBANA Coordenação de Planejamento www.pmvc.ba.gov.br									
OBRA: EXECUÇÃO DE DRENAGEM PLUVIAL DOS BAIRROS JUREMA ETAPA 2 - PROPOSTA 969298							DATA: 03/03/2026		
LOCAL: AV. JURACY MAGALHÃES							BDI: 24,03%		
CIDADE: VITÓRIA DA CONQUISTA							SINAPI (NÃO DESONERADO): 01/01/2026		
ESTADO: BAHIA							ORSE/SE (NÃO DESONERADO): 01/12/2025		
							SICRO 3 (NÃO DESONERADO): 01/10/2025		
PLANILHA DE ESTIMATIVA ORÇAMENTÁRIA									
DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS DO BAIRRO JUREMA – ETAPA 2									
ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID.	QUANT.	Unitário S/ BDI R\$	Unitário C/ BDI R\$	Total R\$			CÓDIGO
1.0	ADMINISTRAÇÃO DE OBRAS								
1.1	Administração De Obras - Etapa 2	un	1,00	R\$ 189.235,20	234.708,41	R\$ 234.708,41	COMPOSIÇÃO PRÓPRIA		CPU-017
SUBTOTAL						R\$ 234.708,41			
DRENAGEM PLUVIAL									
MOVIMENTO DE TERRA - DRENAGEM									
2.1	ESCAVAÇÃO								
2.1.1	Escavação mecanizada de vala com prof. de 3,0 m até 4,5 m (média montante e jusante/uma composição por trecho), escavadeira (1,2 m3), larg. de 1,5 m a 2,5 m, em solo de 2a categoria, em locais com alto nível de interferência. Af. 09/2024	m³	1.763,78	R\$ 11,20	13,89	R\$ 24.498,90	SINAPI		102312
2.2	PREPARAÇÃO								
2.2.1	Preparo De Fundo De Vala Com Largura Maior Ou Igual A 1,5 M E Menor Que 2,5 M (Acerio Do Solo Natural). Af. 08/2020	m²	898,35	R\$ 4,13	5,12	R\$ 4.599,55	SINAPI		101617
2.2.2	Escoramento de vala, tipo blindagem, com prof. De 1,5 a 3,0 m, largura maior ou igual a 1,5 m e menor que 2,5 m - execução, não inclui material. Af. 08/2020	m²	2.475,00	R\$ 20,75	25,74	R\$ 63.706,50	SINAPI		101603
2.3	ENVOLÓRIA DE AREIA								
2.3.1	Lastro e envoltória de areia média	m³	89,84	R\$ 140,61	174,40	R\$ 15.668,10	ORSE		6316
2.3.2	Carga, Manobra E Descarga De Solos E Materiais Granulares Em Caminhão Basculante 10 M³ - Carga Com Escavadeira Hidráulica (Caçamba De 1,20 M³ / 155 Hp) E Descarga Livre (Unidade: M3). Af. 07/2020	m³	89,84	R\$ 7,29	9,04	R\$ 812,15	SINAPI		100978
2.3.3	Transporte Com Caminhão Basculante De 18 M³, Em Via Urbana Pavimentada, Adicional Para Dmt Excedente A 30 Km (Unidade: M3Xkm). Af. 07/2020	m³xkm	1.369,70	R\$ 0,75	0,93	R\$ 1.273,82	SINAPI		95427
2.4	REATERRO								
2.4.1	Reaterro mecanizado de vala com escavadeira hidráulica (capacidade da caçamba: 0,8 m³/potência: 111 hp), largura de 1,5 a 2,5 m, profundidade de 1,5 a 3,0 m, com solo (sem substituição) de 1ª categoria, com compactador de solos de percussão. Af. 08/2023	m³	1.031,00	R\$ 19,03	23,60	R\$ 24.331,60	SINAPI		93369
2.4.2	Carga, Manobra E Descarga De Solos E Materiais Granulares Em Caminhão Basculante 10 M³ - Carga Com Escavadeira Hidráulica (Caçamba De 1,20 M³ / 155 Hp) E Descarga Livre (Unidade: M3). Af. 07/2020	m³	1.031,00	R\$ 7,29	9,04	R\$ 9.320,24	SINAPI		100978
2.4.3	Transporte Com Caminhão Basculante De 18 M³, Em Via Urbana Pavimentada, Adicional Para Dmt Excedente A 30 Km (Unidade: M3Xkm). Af. 07/2020	m³xkm	1.587,74	R\$ 0,75	0,93	R\$ 1.476,60	SINAPI		95427
2.5	BOTA-FORA								
2.5.1	Carga, Manobra E Descarga De Solos E Materiais Granulares Em Caminhão Basculante 10 M³ - Carga Com Escavadeira Hidráulica (Caçamba De 1,20 M³ / 155 Hp) E Descarga Livre (Unidade: M3). Af. 07/2020	m³	732,78	R\$ 7,29	9,04	R\$ 6.624,33	SINAPI		100978
2.5.2	Transporte Com Caminhão Basculante De 18 M³, Em Via Urbana Pavimentada, Adicional Para Dmt Excedente A 30 Km (Unidade: M3Xkm). Af. 07/2020	m³xkm	13.203,23	R\$ 0,75	0,93	R\$ 12.279,00	SINAPI		95427
SUBTOTAL						R\$ 164.590,79			
DISPOSITIVOS DE MACRODRENAGEM									
3.1	Fornecimento e assentamento de tubo corrugado parede dupla PEAD, d=450mm (18"), p/ sistema de drenagem, Tigre-ADS N-12 ou similar	M	71,00	R\$ 394,91	489,81	R\$ 34.776,51	ORSE		10049
3.2	Fornecimento e assentamento de tubo corrugado parede dupla PEAD, d= 600mm (24"), p/sistemas de saneamento, Tigre-ADS N-12 ou similar	M	14,00	R\$ 524,85	650,97	R\$ 9.113,58	ORSE		10155
3.3	Fornecimento e assentamento de tubo corrugado parede dupla PEAD, d=1200mm (48"), p/ sistema de drenagem, Tigre-ADS N-12 ou similar	M	555,00	R\$ 1.637,99	2.031,60	R\$ 1.127.538,00	ORSE		10054
SUBTOTAL						R\$ 1.171.428,09			
DISPOSITIVOS DE MICRODRENAGEM									
4.1	Poço de visita tipo I - em concreto armado, dimensões 2,00m x 2,00m (h=4,1m), e=20cm	UN	3,00	R\$ 15.614,89	19.367,15	R\$ 58.101,45	COMPOSIÇÃO PRÓPRIA		CPU-007
4.2	Poço de visita tipo II - em concreto armado, dimensões 2,00m x 2,40m (h=2,4m), e=20cm	UN	3,00	R\$ 14.023,02	17.392,75	R\$ 52.178,25	COMPOSIÇÃO PRÓPRIA		CPU-008
4.3	Boca-de-lobo dupla, executada em blocos de concreto, revestida internamente com chapisco 1:4 e reboco, e reboco, com tampas em concreto armado, grelha em ferro articulada	UN	8,00	R\$ 4.506,93	5.589,95	R\$ 44.719,60	COMPOSIÇÃO PRÓPRIA		CPU-009
SUBTOTAL						R\$ 154.999,30			



REQUALIFICAÇÃO DO CANAL ABERTO									
5.0	SERVIÇOS PRELIMINARES - CANAL								
5.1	Limpeza mecanizada de camada vegetal, vegetação e pequenas árvores (diâmetro de tronco menor que 0,20 m), com trator de esteiras	m²	964,58	R\$	0,74	0,92	R\$	887,41	SINAPI 98525
5.2	Carga, manobra e descarga de entulho em caminhão basculante 10 m³ - carga com escavadeira hidráulica (caçamba de 0,80 m³ / 111 hp) e descarga livre (unidade: m³). Af. 07/2020	m³	482,29	R\$	9,42	11,68	R\$	5.633,15	SINAPI 100982
5.3	Transporte Com Caminhão Basculante De 18 M³, Em Via Urbana Pavimentada, Adicional Para Dmt Excedente A 30 Km (Unidade: M3Xkm). Af. 07/2020	m³xkm	8.689,90	R\$	0,75	0,93	R\$	8.081,61	SINAPI 95427
5.4	Regularização mecanizada de áreas	m²	964,58	R\$	0,94	1,17	R\$	1.128,56	ORSE 2496
5.5	Compactação de valas com rolo compressor	m²	964,58	R\$	4,91	6,09	R\$	5.874,29	ORSE 2522
SUBTOTAL							R\$	21.605,02	
6.0	MOVIMENTAÇÃO DE TERRA - CANAL								
6.1	ESCAVAÇÃO								
6.1.1	Escavação mecanizada de valas, solo de qualquer natureza, exceto rocha	m³	1.285,00	R\$	8,78	10,89	R\$	13.993,65	SINAPI 90090
6.2	PREPARAÇÃO								
6.2.1	Preparo De Fundo De Vala Com Largura Maior Ou Igual A 1,5 M E Menor Que 2,5 M (Acerto Do Solo Natural). Af. 08/2020	m²	1.285,00	R\$	4,13	5,12	R\$	6.579,20	SINAPI 101617
6.3	ENVOLTÓRIA DE AREIA								
6.3.1	Lastro e envoltória de areia média	m³	128,50	R\$	140,61	174,40	R\$	22.410,40	ORSE 6316
6.3.2	Carga, Manobra E Descarga De Solos E Materiais Granulares Em Caminhão Basculante 10 M³ - Carga Com Escavadeira Hidráulica (Caçamba De 1,20 M³ / 155 Hp) E Descarga Livre (Unidade: M3). Af. 07/2020	m³	128,50	R\$	7,29	9,04	R\$	1.161,64	SINAPI 100978
6.3.3	Transporte Com Caminhão Basculante De 18 M³, Em Via Urbana Pavimentada, Adicional Para Dmt Excedente A 30 Km (Unidade: M3Xkm). Af. 07/2020	m³xkm	1.959,11	R\$	0,75	0,93	R\$	1.821,97	SINAPI 95427
6.4	BOTA-FORA								
6.4.1	Carga, Manobra E Descarga De Solos E Materiais Granulares Em Caminhão Basculante 10 M³ - Carga Com Escavadeira Hidráulica (Caçamba De 1,20 M³ / 155 Hp) E Descarga Livre (Unidade: M3). Af. 07/2020	m³	1.285,00	R\$	7,29	9,04	R\$	11.616,40	SINAPI 100978
6.4.2	Transporte Com Caminhão Basculante De 18 M³, Em Via Urbana Pavimentada, Adicional Para Dmt Excedente A 30 Km (Unidade: M3Xkm). Af. 07/2020	m³xkm	23.153,13	R\$	0,75	0,93	R\$	21.532,41	SINAPI 95427
SUBTOTAL							R\$	79.115,67	
7.0	DISPOSITIVO DE MACRODRENAGEM - CANAL								
7.1	Aduela/ Galeria Fechada Pre-Moldada De Concreto Amado, Secao Quadrangular Interna De 3,00 X 3,00 M (L X A), Misula De 20 X 20 Cm, C = 1,00 M, Espessura Min = 20 Cm, Tb-45 E Fck Do Concreto = 30 Mpa Fornecimento E Assentamento. Af. 01/2023	m	284,00	R\$	8.380,63	10.394,50	R\$	2.952.038,00	SINAPI 104497
SUBTOTAL							R\$	2.952.038,00	
TOTAL GERAL							R\$	4.778.485,28	

ANEXO VII do TR – CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

Objeto: Execução de obras de drenagem urbana no Bairro Jurema – Avenidas Caracas e Juracy Magalhães – Vitória da Conquista/BA.

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 14.133/2021, bem como às diretrizes estabelecidas pela Resolução CONAMA nº 469/2015, normas da ABNT aplicáveis e demais instrumentos de boas práticas em contratações públicas sustentáveis, a execução das obras deverá observar critérios de sustentabilidade ambiental, social e urbana, visando à redução de impactos negativos e à promoção do uso racional de recursos.

A contratada deverá assegurar a adequada gestão dos resíduos da construção civil gerados durante a execução dos serviços, promovendo sua segregação, acondicionamento, transporte e destinação final ambientalmente adequada, com comprovação por meio de documentação emitida por locais devidamente licenciados, em conformidade com a legislação vigente. Deverão ser adotadas medidas para redução da geração de resíduos, bem como priorizada, sempre que possível, a reutilização e reciclagem de materiais.

Durante a execução da obra, deverão ser implementadas ações voltadas à minimização dos impactos ambientais temporários, especialmente no que se refere à emissão de poeira, ruídos, vibrações e interferências no tráfego urbano, mediante utilização de técnicas construtivas adequadas, controle de materiais particulados, manutenção preventiva de equipamentos e organização do canteiro de obras. Deverá ser garantida, ainda, a adequada sinalização das áreas de intervenção, assegurando a segurança da população e dos trabalhadores.

A contratada deverá adotar práticas que assegurem o uso eficiente de recursos naturais, incluindo o controle do consumo de água nas atividades de obra e a utilização racional de insumos, evitando desperdícios e perdas de materiais. Sempre que tecnicamente viável, deverão ser priorizados materiais que atendam a padrões de qualidade e durabilidade, contribuindo para a vida útil das estruturas implantadas e reduzindo a necessidade de manutenções futuras.

No que se refere aos aspectos urbanísticos, a execução dos serviços deverá assegurar a recomposição das áreas afetadas pelas intervenções, incluindo pavimentação, calçadas, dispositivos de drenagem superficial e demais elementos urbanos, restabelecendo as condições originais ou melhorando o padrão existente, de modo a garantir a adequada integração das obras ao ambiente urbano.

A contratada deverá, ainda, observar as normas de segurança do trabalho e promover boas práticas socioambientais junto à sua equipe, podendo ser exigida, pela fiscalização, a comprovação das medidas adotadas ao longo da execução contratual.

A fiscalização da obra poderá, a qualquer tempo, solicitar documentos, relatórios ou evidências que comprovem o atendimento aos critérios de sustentabilidade estabelecidos neste Anexo, sendo que o seu descumprimento poderá ensejar a aplicação das sanções previstas no contrato e na legislação vigente.

ANEXO II DO EDITAL – PLANTAS E PROJETOS

LINK:

<https://drive.google.com/drive/folders/1WjkYxYZtwEdSbLEk4rCJlqOrY6iV2wNH?usp=sharing>



ANEXO III DO EDITAL - MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS DE DRENAGEM URBANA DESTINADAS À AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DE ESCOAMENTO DE ÁGUAS PLUVIAIS NA REGIÃO DO BAIRRO JUREMA, COMPREENDENDO INTERVENÇÕES NO CANAL DA AVENIDA CARACAS E NA AVENIDA JURACY MAGALHÃES, NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA/BA, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA E _____.

O **MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA**, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na _____, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº _____, doravante denominada de **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Exmo. Secretário Municipal de _____, Sr. _____, brasileiro, _____, portador do RG nº _____, inscrito no CPF/MF sob o nº _____, domiciliado na _____, em cumprimento ao Decreto Municipal nº _____, e _____, empresa inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada na _____, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr. _____, brasileiro, portador do RG nº _____ SSP/BA e inscrito no CPF nº _____, celebram entre si **CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS DE DRENAGEM URBANA DESTINADAS À AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DE ESCOAMENTO DE ÁGUAS PLUVIAIS NA REGIÃO DO BAIRRO JUREMA, COMPREENDENDO INTERVENÇÕES NO CANAL DA AVENIDA CARACAS E NA AVENIDA JURACY MAGALHÃES, NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA/BA**, conforme **Edital de Concorrência nº ____**, do tipo _____, **Processo Administrativo nº 65734/2026** e **Termo de Referência**, observadas as disposições da Lei Federal de nº 14.133/2021, e mediante as cláusulas e condições seguintes:

Cláusula Primeira – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução de obras de drenagem urbana destinadas à ampliação da capacidade de escoamento de águas pluviais na região do Bairro Jurema, compreendendo intervenções no canal da Avenida Caracas e na Avenida Juracy Magalhães, no Município de Vitória da Conquista/BA, junto à Secretaria Municipal de _____, conforme especificações constantes do Processo Administrativo nº 65734/2026, Termo de Referência e da Proposta da Contratada, que passam a fazer parte deste contrato como se estivessem aqui transcritas.

Cláusula Segunda – DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

A execução contratual será realizada em conformidade com as especificações contidas no Termo de Referência.

- 2.1. Os prazos relacionados à execução contratual estão descritos no Subitem 10.2 do Termo de Referência;
- 2.2. O regime de execução será o de empreitada por preço global;
- 2.3. Os serviços serão realizados conforme cronograma de execução;
- 2.4. O prazo de garantia dos bens é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor);
- 2.5. Todas as despesas inerentes à execução do objeto contratado serão inteiramente de responsabilidade da CONTRATADA.

Cláusula Terceira – DAS CONDIÇÕES DE MEDIÇÃO, PAGAMENTO E REAJUSTE

Pela efetiva execução do objeto contratado, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ _____ (_____), a ser realizado por meio de depósito/transferência bancária em conta em nome da CONTRATADA, estando incluso neste preço todos os custos, tais como impostos, taxas e todas as demais necessárias para a plena execução do contrato.

- 3.1. A medição será realizada em conformidade com o Item 15 do Termo de Referência;
- 3.2. O pagamento será realizado em conformidade com o Item 16 do Termo de Referência;
- 3.3. Ao CONTRATANTE se reserva o direito de recolher e/ou reter, no valor pago, tributos que sejam de sua competência ou dos quais seja responsável ou substituto tributário;
- 3.4. Os preços unitários poderão sofrer correção, mediante solicitação da CONTRATADA, somente após 01 (um) ano, com data-base vinculada à data da apresentação do orçamento, com base na variação acumulada no período pelo do Índice Nacional de Custo da Construção – M (INCC-M) e demais condições constantes no Item 16 do Termo de Referência;
 - 3.4.1. Na falta ou impedimento da utilização do Índice Nacional de Custo da Construção – M (INCC-M), substituir-se-á por outro índice que o Governo venha a fixar para tal fim, ou, à falta destes, pelo índice que reflita a variação ponderada dos custos;
- 3.5. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Custo da Construção – M (INCC-M) de correção monetária;
- 3.6. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro será de ____ dias, contados do recebimento do pedido, pela CONTRATANTE;
- 3.7. Qualquer erro ou omissão ocorrido na documentação fiscal será motivo de correção por parte do CONTRATADA e haverá, em consequência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.

Cláusula Quarta – DO PRAZO

A vigência deste contrato será de _____ até _____, na forma dos artigos 105 e 111 da Lei nº 14.133/2021, conforme Termo de Referência.

Cláusula Quinta – DA DOTAÇÃO

As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta da Rubrica Orçamentária:

- 5.1.** Secretaria Municipal de _____: Atividade: ____; Elemento: ____; Subelemento: ____; Fonte de Recurso: _____.

Cláusula Sexta – DA CESSÃO, TRANSFERÊNCIA OU SUBCONTRATAÇÃO

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência sem prévia e expressa autorização do CONTRATANTE, sob pena de aplicação de penalidade prevista neste contrato e normas vigentes.

- 6.1.** Será admitida a subcontratação parcial do objeto, no limite de 30% da obra, nas condições estabelecidas no Item 18 do Termo de Referência.

Cláusula Sétima – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da CONTRATADA:

- 7.1.** Responsabilizar-se pela execução do contrato, observando as condições estabelecidas no Termo de Referência e nas normas que regem este Contrato;
- 7.2.** Assumir inteira responsabilidade Civil, Penal e Administrativa por danos e prejuízos que causar, por descumprimento, omissões ou desvios na qualidade técnica do objeto deste Contrato;
- 7.3.** Substituir/refazer os serviços rejeitados no prazo e forma descritos no Termo de Referência;
- 7.4.** Aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;
- 7.5.** Responsabilizar-se pelas despesas de tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;
- 7.6.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 7.7.** Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;
- 7.8.** Cumprir todas as obrigações dispostas no Item 11 do Termo de Referência.

Cláusula Oitava – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

O CONTRATANTE, além das obrigações contidas neste contrato por determinação legal, obriga-se a:

- 8.1.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.2.** Rejeitar o bem que não satisfazer aos padrões exigidos nas especificações do Termo de Referência;
- 8.3.** Notificar a CONTRATADA, por escrito, de quaisquer irregularidades que venham a ocorrer, em função da execução contratual;

- 8.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;
- 8.5. Aplicar à CONTRATADA as penalidades contratuais e regulamentares cabíveis;
- 8.6. Realizar o devido pagamento, pela execução do contrato, no prazo e valor pactuados.

Cláusula Nona – DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

O modelo de gestão do contrato será em conformidade com as especificações do Termo de Referência.

- 9.1. Competirá ao CONTRATANTE, através de servidor designado pela Unidade Requisitante, proceder à gestão e fiscalização de toda execução do Contrato, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021.
- 9.2. O gestor e fiscais técnico e administrativo serão designados através de portaria, onde constará a descrição de suas respectivas responsabilidades, em conformidade com o Decreto Municipal nº 23.088/2024;
 - 9.2.1. A publicação da portaria será de responsabilidade do gestor do contrato administrativo, em conformidade com o Decreto Municipal nº 23.088/2024;
- 9.3. O gestor e os fiscais serão responsáveis por fiscalizar o efetivo cumprimento de todas as obrigações das partes contratadas e às ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas, falhas ou defeitos observados;
- 9.4. A ação ou omissão, total ou parcial da Gestão e da Fiscalização do CONTRATANTE não eximirá a CONTRATADA, no que couber, da responsabilidade na execução do contrato.

Cláusula Décima – DO RECEBIMENTO

Os recebimentos, provisório e definitivo, do objeto contratual, dar-se-ão de acordo com normas do **CONTRATANTE**, contidas no Termo de Referência e Processo Administrativo nº 65734/2026, observadas as disposições constantes da Lei Federal nº 14.133/2021.

Cláusula Décima Primeira – DAS PENALIDADES

O descumprimento pela CONTRATADA das obrigações constantes deste contrato importará na aplicação das sanções, com base na Lei nº 14.133/2021, garantida a ampla defesa, na aplicação das seguintes sanções:

- 11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
 - a) der causa à inexecução parcial do contrato;
 - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c) der causa à inexecução total do contrato;
 - d) ensejar o retardamento da execução do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 11.2.** Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as sanções descritas no Item 20 do Termo de Referência.
- 11.3.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 11.4.** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - b) as peculiaridades do caso concreto;
 - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - d) os danos que dela provierem para o Contratante;
 - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.5.** Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso na execução contratual advier de caso fortuito ou motivo de força maior;
- 11.6.** As sanções aplicadas à CONTRATADA serão obrigatoriamente registradas no SICAF, nos termos dos procedimentos inerentes ao Município de Vitória da Conquista/BA.

Cláusula Décima Segunda – DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

A CONTRATADA deverá comprovar, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo do Edital de Licitação e seus anexos.

Cláusula Décima Terceira – DA GARANTIA

Será exigida a garantia da contratação de que trata o art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de 5% do valor contratual, conforme regras previstas no Item 13 do Termo de Referência.

Cláusula Décima Quarta – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as situações descritas no art. 137 da Lei n.º 14.133/2021.

- 13. 1.** As hipóteses de extinção dos contratos são aquelas definidas nos artigos 137, 138 e 139 da Lei n.º 14.133/2021, sendo reconhecidos pela CONTRATADA os direitos da CONTRATANTE.

Cláusula Décima Quinta – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO



O presente contrato fundamenta-se na Lei Federal nº 14.133/2021, e vincula-se ao Edital de Concorrência nº ____ e Termo de Referência, constantes do Processo Administrativo nº 65734/2026, bem como a Proposta da CONTRATADA.

Cláusula Décima Sexta – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Todas as disposições e especificações constantes deste Contrato, do Processo Administrativo nº 65734/2026, em especial do Termo de Referência, são complementares entre si.

Cláusula Décima Sétima – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

Cláusula Décima Oitava – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Vitória da Conquista – BA para dirimir as dúvidas, conflitos ou omissões oriundas do presente Termo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais especial que seja.

E por estarem assim ajustados, assinam o presente CONTRATO, digitado por mim _____ (NOME COMPLETO DO DIGITADOR), mantendo todas as cláusulas constantes na minuta de contrato do Processo Administrativo nº 65734/2026, em 03 (três) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, que também o assinam, para todos os fins de direito.

Vitória da Conquista – BA, ____ de ____ de 2026.

MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA
CONQUISTA/BA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____
CPF: _____

2. _____
CPF: _____

ANEXO IV DO EDITAL - DECLARAÇÕES

DECLARAÇÃO GERAL CONJUNTA

[Razão Social do Licitante], inscrita no CNPJ/MF sob o nº [Número do CNPJ do Licitante], sediada na [Endereço Completo], por intermédio de seu representante legal o (a) Sr(a) [Nome completo do representante], portador da carteira de identidade nº [número do Registro Geral] e do CPF nº [Número do CPF do representante da Licitante], DECLARA que:

- I. cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta atende às exigências do edital da Concorrência Pública sob o nº **0xx/202x**, promovido pelo Município de Vitória da Conquista, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- II. não possui, na cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inc. III do art. 5º da Constituição Federal;
- III. que, até a presente data, não existem fatos impeditivos para sua habilitação e participação no Concorrência Pública nº **0xx/202x**, do Município de Vitória da Conquista e que não pesa contra si suspensão ou declaração de inidoneidade expedida por Órgão da Administração Pública de qualquer esfera de Governo, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

LOCAL e DATA.

.....
Assinatura do dirigente (ou representante legal) da empresa

.....
Nome do dirigente (ou representante legal) da empresa

Nota explicativa: Caso o contrato social ou o estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar, a falta de qualquer uma delas invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório.

**ANEXO V DO EDITAL – DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR DE IDADE,
SALVO NA CONDIÇÃO DE APRENDIZ**

_____ (nome da empresa), inscrita no CNPJ sob nº
_____, por intermédio de seu representante legal,
Sr.(a)_____, portador(a) da Carteira de Identidade nº
_____ Órgão expedidor _____ e do C.P.F nº _____,

DECLARA, para fins de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menor de dezesseis anos, conforme disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº. 14.133/2021, acrescido pela Lei nº. 9.854, de 27 de outubro de 1999, ressalvando-se a condição de menor aprendiz, cuja contratação é permitida nos termos da legislação;

(Local e data) _____, ____ de _____ de 200__.

(representante legal com – nome e cargo)

ANEXO VI DO EDITAL - DECLARAÇÃO DE ME E EPP

[Razão Social do Licitante], inscrita no CNPJ/MF sob o nº [Número do CNPJ do Licitante], sediada na [Endereço Completo], por intermédio de seu representante legal o (a) Sr(a) [Nome completo do representante], portador da carteira de identidade nº [número do Registro Geral] e do CPF nº [Número do CPF do representante da Licitante],

DECLARA que se ENQUADRA como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, não havendo nenhum dos impedimentos previstos nos incisos do § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e art. 11 do Decreto nº 6.204/2007.

DECLARA, ainda, estar ciente das SANÇÕES que lhe poderão ser impostas, conforme disposto no respectivo Edital e no art. 299 do Código Penal, na hipótese de falsidade da presente declaração.

LOCAL e DATA.

.....
Assinatura do dirigente (ou representante legal) da empresa

.....
Nome do dirigente (ou representante legal) da empresa

Nota explicativa: Caso o contrato social ou o estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar, a falta de qualquer uma delas invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório.

ANEXO VII DO EDITAL – Estimativa Orçamentária

LINK:

<https://drive.google.com/drive/folders/1WjkYxYZtwEdSbLEk4rCJlqOrY6iV2wNH?usp=sharing>

